



EDITAL PREGÃO - ELETRÔNICO

Lei 14.133/2021, Art. 28, I



Nº DA LICIT./DISP./INEX.

90014/2026 - PE

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO

2025.12.11.01

OBJETO / ÓRGÃO(S) / ESTIMATIVA / SESSÃO



Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios (Merenda Escolar) destinados ao atendimento do cardápio da alimentação escolar do Município de São Benedito-CE, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

Órgão(s) participante(s): Secretaria Municipal de Educação

VALOR ESTIMADO









* Sigiloso (Art. 24, inc. I)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

21/05/2026 às 10:00 h.

INFORMAÇÕES DO CERTAME



	Critério de Julgamento:	Menor Preço
	Modo de Disputa:	Aberto
	Forma de julgamento:	Grupo(s)
	Intervalo mínimo de lances:	0,10
	Link do Sistema Eletrônico:	https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginportal.asp
	Registro de Preços?	Não
	Lei 123 - Exclusivo ME/EPP?	Não
	Preço Sigiloso?	Sim

CONTATO E INFORMAÇÕES



Tel.: (88) 3626-1347



E-mail: cplsao benedito@gmail.com



Endereço: Rua Paulo Marques, 378, Centro - CEP: 62370000 - São Benedito - CE



MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO/CE - Secretaria Municipal de Educação

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90014/2026 - PE
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025.12.11.01**

Torna-se público que o(a) **MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO/CE - Secretaria Municipal de Educação**, por meio do Pregoeiro Oficial do Município, sediado(a) à Rua Paulo Marques, 378, Centro, CEP: 62.370-000, São Benedito/CE, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA (90014/2026 - PE), no dia 21 de maio de 2026 às 10:00 (dez horas) - horário de Brasília, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto Municipal nº 54, de 27 de Dezembro de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é **Aquisição de gêneros alimentícios (Merenda Escolar) destinados ao atendimento do cardápio da alimentação escolar do Município de São Benedito-CE, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. Grupo(s).

1.3. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.



2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não?" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:



- 4.1.1. Valor unitário e total do item;
- 4.1.2. Quantidade cotada;
- 4.1.3. Marca;
- 4.1.4. Fabricante.
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no subitem anterior.

4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Tribunais de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,10.

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado

5.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa Aberto, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores ou decrescente de descontos.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou maior



desconto registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance ou abaixo do maior desconto serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ou percentual de desconto superior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstas neste Edital;

5.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.19.2.2. empresas brasileiras;

5.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.20.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados os preços unitários máximos e os percentuais de descontos mínimos como critério de aceitabilidade.

5.20.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

5.20.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do percentual desconto mínimo definido pela Administração.

5.20.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.20.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.20.6. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.20.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;



- 6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas ? CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).
- 6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))
- 6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).
- 6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).
- 6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com este edital.
- 6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo ou do percentual de desconto em relação ao mínimo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no Decreto Municipal nº 54, de 27 de Dezembro de 2023.
- 6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 6.6.1. contiver vícios insanáveis;
- 6.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo ou abaixo do percentual mínimo definido para a contratação;
- 6.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.7.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 6.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 6.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.8. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço ou diminuição do desconto e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 6.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 6.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.
- 6.11. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.12. O local e prazo para entrega das amostras está informado no Termo de Referência, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 6.13. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 6.14. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 6.15. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF, conforme disposto no § 1º do art. 94 do Decreto Municipal nº 54, de 27 de Dezembro de 2023, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 7.4. Para a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.



7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 20% (vinte por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela administração.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral no SICAF, conforme disposto no § 1º do art. 94 do Decreto Municipal nº 54, de 27 de Dezembro de 2023, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.13. Forma de envio e pertinência da documentação de habilitação.

7.13.1. A licitante deverá encaminhar, exclusivamente via sistema, apenas a documentação estritamente necessária ao atendimento das exigências de habilitação previstas neste edital e na Lei nº 14.133/2021, abstendo-se de anexar documentos impertinentes ou redundantes, em observância aos princípios da celeridade e do julgamento objetivo.

7.13.2. Para fins de padronização e foco, a documentação de habilitação restringe-se às categorias jurídica, técnica, fiscal/social/trabalhista e econômico-financeira, nos termos dos arts. 66 a 69 da Lei nº 14.133/2021; documentos fora desse rol não serão considerados para análise.

7.13.3. Descumprida a orientação do caput (envio desorganizado, com peças desnecessárias ou ausência de peças exigidas), o Pregoeiro poderá, de forma fundamentada, determinar o reenvio/organização correta da documentação.

7.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.15.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.16. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 15 (quinze) minutos.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;



- 8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.gov.br/compras.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 9.1.5. fraudar a licitação
- 9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 9.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).
- 9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 9.2.1. advertência;
- 9.2.2. multa;
- 9.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 9.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).
- 9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o



instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial (www.gov.br/compras) no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: cplsaobenedito@gmail.com.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

10.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. Após a homologação da licitação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

11.5.1. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

11.5.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

11.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital, bem como a discordância entre as especificações do objeto no portal www.gov.br/compras e neste Edital, prevalecerão as constantes neste Edital.

11.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.gov.br/compras.

11.2. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência, ANEXO II - Estudo Técnico Preliminar - ETP e Mapa de Riscos, ANEXO III - Minuta de Contrato

São Benedito/CE, 05 de maio de 2026.

Lucia de Fátima Gonçalves de Paula
Secretária Municipal de Educação
Portaria: 009/2025

Assinado digitalmente por LUCIA DE FATIMA GONCALVES DE
PAULA:12115002334
DN: cn=LUCIA DE FATIMA GONCALVES DE PAULA:12115002334,
o=ICP-Brasil, ou=AC-SingulardID Multipia,
email=l.g.paula@hotmail.com
Data: 2026.05.05 15:57:14 -03'00'

Termo de Referência

Processo Administrativo do TR nº. 2025.12.11.01

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de gêneros alimentícios (Merenda Escolar) destinados ao atendimento do cardápio da alimentação escolar do Município de São Benedito-CE, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, conforme especificações do Termo de Referência e seu(s) anexo(s), e demais condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 54/2023.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação e descrição da necessidade da contratação e de seus quantitativos encontram-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O Município de São Benedito, seguindo as exigências dos artigos 12, inciso VII, e 18 da Lei nº 14.133/2021, elaborou o Plano de Contratações Anual (PCA) para o exercício de 2026, com base na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Adicionalmente, o Documento de Formalização da Demanda (DFD) nº 375/2025 - PCA, foi preparado em conformidade com a legislação vigente, garantindo transparência e eficiência nas contratações públicas.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Da exigência de amostra

4.2. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

Serão exigidas amostras de todos os itens dos grupos licitados.

As amostras deverão ser entregues na sede da Secretaria de Educação localizada à Rua João Cajazeiras de Almeida, nº 116, Castelo, São Benedito/CE, no prazo limite de 05 (cinco) dias úteis contado a partir da solicitação feita por mensagem no sistema, sendo que a licitante assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

É facultada prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

Serão avaliados os aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade, conforme descrição constante deste termo de referência. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado.

Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

As amostras colocadas à disposição da Administração poderão ser manuseadas, degustadas e utilizadas pela equipe técnica

TR nº. 2025.12.11.01

Relatório emitido por: GoverLance

Página 1 de 16

Termo de Referência

Processo Administrativo do TR nº. 2025.12.11.01

responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues que não tiverem sido utilizadas poderão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 02 (dois) dias úteis, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

DA POSSIBILIDADE DE SOLICITAÇÃO SIMULTÂNEA DE AMOSTRAS (MEDIDA DE CELERIDADE)

Considerando a necessidade de garantir o fornecimento tempestivo dos gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar, especialmente em razão da continuidade do calendário letivo e da essencialidade do serviço prestado aos alunos da rede municipal de ensino, bem como o relevante interesse público envolvido, fica estabelecido que, caso a fase de apresentação e análise de amostras se prolongue além do 3º (terceiro) licitante classificado, em decorrência de reprovação, não apresentação ou apresentação em desconformidade com as especificações exigidas, a Administração poderá, mediante decisão devidamente motivada, solicitar a apresentação de amostras, em um único momento, a todos os licitantes remanescentes ainda classificados.

Tal medida tem por objetivo conferir maior celeridade ao procedimento licitatório, evitando atrasos decorrentes de convocações sucessivas e assegurando o início oportuno do fornecimento dos gêneros alimentícios, de modo a não comprometer a execução da alimentação escolar nas unidades da rede municipal.

Ressalta-se que a solicitação simultânea de amostras não altera a ordem de classificação das propostas, não implica julgamento antecipado e não gera qualquer direito a ressarcimento aos licitantes, mantendo-se a análise e a aceitação das propostas estritamente conforme a ordem de classificação.

Será considerada vencedora a primeira licitante classificada cuja amostra seja aprovada e atenda integralmente às especificações técnicas estabelecidas no Edital e no Termo de Referência, especialmente quanto aos padrões de qualidade, condições sanitárias e características exigidas para o consumo adequado no âmbito da alimentação escolar.

Subcontratação

4.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos gêneros alimentícios é de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da requisição formalizada por setor competente, na totalidade da requisição. O prazo previsto neste item poderá ser prorrogado, por iguais e sucessivos períodos, quando solicitado pela CONTRATADA, durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela CONTRATANTE e que não prejudique o interesse público.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.2. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Termo de Referência

Processo Administrativo do TR nº. 2025.12.11.01

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente; o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. O FISCAL de contrato é servidor designado pela autoridade máxima, ou por quem ela delegar, através de portaria anexa aos autos do processo administrativo da presente contratação, para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços e execução do objeto do contrato, conforme atribuições especificadas nos Arts. 156 e 157 do Decreto Municipal nº 54/2023.

Gestor do Contrato

6.7. O GESTOR de contrato é servidor designado pela autoridade máxima, ou por quem ela delegar, através de portaria anexa aos autos do processo administrativo da presente contratação, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, conforme atribuições especificadas no Art. 155 do Decreto Municipal nº 54/2023.

7. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.9. As entregas deverão ocorrer nos horários de expediente: das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas em dias úteis, no local determinado nas ordens de compra pelo órgão contratante.

7.10. Além da entrega nos locais designados pelo município, deverá a contratada também descarregar o objeto da ordem de compra no local indicado por servidor, comprometendo-se, ainda integralmente com eventuais danos causadas aos mesmos.

7.11. Ao Município reserva-se o direito de recusar o recebimento do objeto cujas condições de transporte não estejam de acordo com a legislação sanitária, com o termo de referência, caso sejam precárias ou comprometam a qualidade dos itens requeridos. Para todos os itens serão avaliadas as condições de acondicionamento no momento da entrega, gêneros com aparência duvidosa farão com que os mesmos não sejam aceitos. Os itens, que não apresentarem condições satisfatórias, não serão aceitos, devendo ser trocados

Termo de Referência

Processo Administrativo do TR nº. 2025.12.11.01

imediatamente; no caso e falta dos itens, estes deverão ser repostos no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, sujeitando-se o fornecedor às penas contratuais e legais. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a metade do prazo total recomendado pelo fabricante.

Liquidação

7.12. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.12.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.13.1. o prazo de validade;

7.13.2. a data da emissão;

7.13.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.13.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.13.5. o valor a pagar; e

7.13.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.14. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.15. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.16. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.17. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.18. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.19. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.20. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.21. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.22. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE) de correção monetária.

Forma de pagamento

Termo de Referência

Processo Administrativo do TR nº. 2025.12.11.01

7.23. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.24. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.25. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.25.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.26. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR GRUPO

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será parcelado, conforme necessidade dos itens contratados, a serem solicitados através de Ordens de Fornecimento emitida pelo órgão solicitante

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf-DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela

Termo de Referência

Processo Administrativo do TR nº. 2025.12.11.01

Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS - CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual/distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Técnica

8.23. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, equivalentes ou superiores com o objeto desta contratação, ou com o item/grupo pertinente, por meio da apresentação de atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.23.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial através de comprovação de anterior de execução. Embora a Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações) não exija explicitamente capacidade técnica para fornecimento de mercadorias, diversas doutrinas reconhecem a conveniência e legitimidade dessa exigência em determinadas situações.

8.23.2. Jurisprudência: O Tribunal de Contas da União (TCU) já decidiu que a Administração Pública pode exigir capacidade técnica para fornecimento de mercadorias, mesmo que não haja previsão legal específica. Exemplo: Acórdão TCU 1.823/2018. Conclusão: A exigência de capacidade técnica para fornecimento de mercadorias, embora não seja obrigatória por lei, é uma medida recomendável em diversas situações. Essa exigência pode garantir a qualidade dos produtos, proteger o interesse público e promover a eficiência da gestão pública.

8.24. Licença de Funcionamento emitida pelo departamento de Vigilância Sanitária da sede da licitante.

Qualificação Econômico-Financeira

8.25. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

8.26. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.27. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

Termo de Referência

Processo Administrativo do TR nº. 2025.12.11.01

8.27.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.27.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.27.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.27.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.27.5. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.27.6. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.27.7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.27.8. A habilitação econômico-financeira exigida visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, de forma objetiva conforme coeficientes e índices econômicos previstos no edital

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

9.2. Abaixo estão as justificativas para a utilização do sigilo do orçamento estimado da contratação:

9.2.1. Princípio da Competitividade e Eficiência: A Lei nº 14.133/2021 busca promover a concorrência e eficiência nas licitações; ocultar os preços estimados até a fase de lances incentiva maior participação de licitantes, resultando em propostas mais competitivas.

9.2.2. Estratégia de Negociação: Manter os preços estimados ocultos permite que a Administração conduza negociações mais eficazes durante a fase de lances; ajustes nos preços, prazos ou outras condições podem ser realizadas para obter melhores propostas.

9.2.3. Prevenção de Conluio e Formação de Cartéis: a divulgação prévia dos preços estimados pode facilitar acordos entre licitantes, prejudicando a concorrência; ocultar esses valores até a fase de lances dificulta a coordenação indevida entre participantes.

9.2.4. Flexibilidade e Adaptação às Circunstâncias: em situações excepcionais, como mudanças no mercado, a Administração pode precisar ajustar os preços estimados; manter esses valores ocultos permite maior flexibilidade para reavaliar e adaptar as estimativas conforme necessário.

9.2.5. Sigilo Comercial e Estratégico: proteger os preços estimados até a fase de lances respeita o sigilo comercial e estratégico das licitantes.

9.3. Vale mencionar que o sigilo não é absoluto e, na prática, funciona como uma publicidade diferida, estará disponível permanentemente aos órgãos de controle externo e interno sendo tornado público apenas e imediatamente após a classificação final e fase de negociação, sem prejuízo da divulgação no instrumento convocatório do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, conforme especifica o art. 56 do Decreto Municipal nº 54/2023.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de São Benedito.

A contratação será atendida pela(s) seguinte(s) dotação(ões):

Exercício Financeiro: 2026

Termo de Referência

Processo Administrativo do TR nº. **2025.12.11.01**

Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade Orcamentaria: 01 - Fundo Municipal de Educação
Função: 12 - Educação
Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 0712 - Gestão Administrativa de São Benedito
Ação: 2.066 - Gerenciamento e Manutenção da Secretaria Municipal de Educação
Elemento: 33903000 - Materiais de Consumo
SubElemento: 3390300007 - Gêneros de alimentação
Fonte: 1500100100 - Receita de imposto e transf. Educação

Exercício Financeiro: 2026
Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade Orcamentaria: 01 - Fundo Municipal de Educação
Função: 12 - Educação
Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 0712 - Gestão Administrativa de São Benedito
Ação: 2.066 - Gerenciamento e Manutenção da Secretaria Municipal de Educação
Elemento: 33903000 - Materiais de Consumo
SubElemento: 3390300007 - Gêneros de alimentação
Fonte: 1550000000 - Transferência do Salário-Educação

Exercício Financeiro: 2026
Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade Orcamentaria: 01 - Fundo Municipal de Educação
Função: 12 - Educação
Subfunção: 306 - Alimentação e Nutrição
Programa: 0531 - Gestão da Merenda Escolar
Ação: 2.068 - Manutenção do Programa Nacional de Alimentação Escolar Ensino Fundamental
Elemento: 33903000 - Materiais de Consumo
SubElemento: 3390300007 - Gêneros de alimentação
Fonte: 1500100100 - Receita de imposto e transf. Educação

Exercício Financeiro: 2026
Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade Orcamentaria: 01 - Fundo Municipal de Educação
Função: 12 - Educação
Subfunção: 306 - Alimentação e Nutrição
Programa: 0531 - Gestão da Merenda Escolar
Ação: 2.069 - Manutenção do Programa Nacional de Alimentação Escolar Pré-escola
Elemento: 33903000 - Materiais de Consumo
SubElemento: 3390300007 - Gêneros de alimentação
Fonte: 1500100100 - Receita de imposto e transf. Educação

Exercício Financeiro: 2026
Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade Orcamentaria: 01 - Fundo Municipal de Educação
Função: 12 - Educação
Subfunção: 306 - Alimentação e Nutrição
Programa: 0531 - Gestão da Merenda Escolar
Ação: 2.070 - Manutenção do Programa Nacional de Alimentação Escolar - EJA
Elemento: 33903000 - Materiais de Consumo
SubElemento: 3390300007 - Gêneros de alimentação
Fonte: 1500100100 - Receita de imposto e transf. Educação

Termo de Referência

Processo Administrativo do TR nº. **2025.12.11.01**

Exercício Financeiro: 2026

Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Educação

Unidade Orcamentaria: 01 - Fundo Municipal de Educação

Função: 12 - Educação

Subfunção: 306 - Alimentação e Nutrição

Programa: 0531 - Gestão da Merenda Escolar

Ação: 2.071 - Manutenção do Programa Nacional de Alimentação Escolar Creche

Elemento: 33903000 - Materiais de Consumo

SubElemento: 3390300007 - Gêneros de alimentação

Fonte: 1500100100 - Receita de imposto e transf. Educação

Exercício Financeiro: 2026

Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Educação

Unidade Orcamentaria: 01 - Fundo Municipal de Educação

Função: 12 - Educação

Subfunção: 306 - Alimentação e Nutrição

Programa: 0531 - Gestão da Merenda Escolar

Ação: 2.072 - Manutenção do Programa Nacional de Alimentação Escolar - AEE

Elemento: 33903000 - Materiais de Consumo

SubElemento: 3390300007 - Gêneros de alimentação

Fonte: 1500100100 - Receita de imposto e transf. Educação

Exercício Financeiro: 2026

Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Educação

Unidade Orcamentaria: 01 - Fundo Municipal de Educação

Função: 12 - Educação

Subfunção: 306 - Alimentação e Nutrição

Programa: 0531 - Gestão da Merenda Escolar

Ação: 2.073 - Manutenção do Programa Nacional de Alimentação Escolar - Quilombola

Elemento: 33903000 - Materiais de Consumo

SubElemento: 3390300007 - Gêneros de alimentação

Fonte: 1500100100 - Receita de imposto e transf. Educação

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

São Benedito/CE, 04 de maio de 2026.

Assinado digitalmente por LUCIA DE FATIMA GONCALVES DE
PAULA:12115002334
DN: cn=LUCIA DE FATIMA GONCALVES DE PAULA:12115002334,
o=ICP-Brasil, ou=AC SyngularID Multipla,
email=l.g.paula@hotmail.com
Data: 2026.05.04 15:50:00 -03'00'

Secretaria Municipal de Educação
Lucia de Fátima Gonçalves de Paula
Secretária Municipal de Educação
Portaria: 009/2025

Termo de Referência

Processo Administrativo do TR nº. 2025.12.11.01

ANEXO I - ITEM(S) DO TERMO DE REFERÊNCIA

Nº. Seq	Catmat/CatServ	Quant.	Un. Fornecimento	Descrição sucinta
Grupo: G-001		Total de Itens: 19		
00001	37 - 611980	1.004,00	Embalagem 01 Quilograma	Alho picado sem sal
Descrição Detalhada: 611980 - Alho picado sem sal - tempero. produto deve seguir a legislação vigente (rdc nº. 276 de 22/09/05 – anvisa, portaria nº242 mapa). rotulagem obrigatória (de acordo com a rdc nº. 360/359 de 23/12/03, rdc nº. 259 de 20/09/02, rdc nº123 de 13/05/04 – anvisa, lei nº.10674/03). embalagem primária: pote de pvc leitoso atóxico contendo 1000g do produto..				
00002	59 - 472894	8.830,00	mbalagem de 01 quilogram	Feijão Preto - tipo 1
Descrição Detalhada: 472894 - feijão tipo preto - tipo 1. o produto deve seguir as exigências da lei federal nº. 9972/00 decreto nº. 6268 de 22/11/07 que institui a classificação de produtos vegetais e in nº12 de 28/03/08 mapa. produto deve ser isento de matéria terrosa, livre de umidade – máximo de 14% - isento de parasitas e fungos, coloração característica da espécie e livre de fragmentos estranhos. rotulagem obrigatória (de acordo com a rdc nº. 360/359 de 23/12/03, rdc nº. 259 de 20/09/02, rdc nº123 de 13/05/04 – anvisa, lei nº. 10674/03). embalagem primária: saco plástico de polietileno atóxico contendo 1000g do produto..				
00003	200 - 603269	13.300,00	mbalagem de 01 quilogram	Açúcar cristal branco
Descrição Detalhada: 603269 - açúcar cristal branco - especificação: produto deverá estar de acordo com a legislação vigente (rdc nº. 271 de 22/09/05 - anvisa). isento de matéria terrosa, livre de umidade, isento de parasitas e fungos, coloração característica e livre de fragmentos estranhos. pó branco fino de fácil escoamento. não deve ser empedrado. rotulagem obrigatória (de acordo com a rdc nº. 360/359 de 23/12/03, rdc nº. 259 de 20/09/02, rdc nº. 123 de 13/05/04 - anvisa, lei nº. 10674/03). embalagem primária: saco plástico de polietileno atóxico contendo 1 kg do produto. embalagem secundária: sacos plásticos tipo fardo contendo 30 kg. o produto deverá apresentar data de fabricação não inferior a 80% do prazo de validade..				
00004	204 - 459077	1.775,00	Unidade	Amido de milho
Descrição Detalhada: 459077 - amido de milho - produto obtido da extração e refino do grão de milho, isento de impurezas, cor branca e ligeiramente amarelada, sem presença de grumos, odores ou sabores estranhos. produto deve seguir a legislação vigente (rdc nº263 de 22/09/2005 – anvisa e legislação complementar). não deve conter resíduos químicos proibidos, corantes ou conservantes. isento de glúten (lei nº 10.674/2003). embalagem primária: saco papel, devidamente lacrado, dentro de caixa de papelão, contendo 1000g do produto. rotulagem de acordo com a legislação vigente..				
00005	205 - 458908	23.195,00	Embalagem 01 Quilograma	Arroz parboilizado
Descrição Detalhada: 458908 - arroz parboilizado - grupo: parboilizado. subgrupo: polido. classe: longo fino. tipo 1. o produto deve seguir as exigências da lei federal nº. 9972/00 decreto nº. 6268 de 22/11/07 que institui a classificação de produtos vegetais. produto deve ser isento de matéria terrosa, livre de umidade - máximo de 14% - isento de parasitas e fungos, coloração característica da espécie e livre de fragmentos estranhos. rotulagem obrigatória (de acordo com a rdc nº. 360/359 de 23/12/03, rdc nº. 259 de 20/09/02, rdc nº123 de 13/05/04 – anvisa, lei nº.10674/03). embalagem primária: saco plástico de polietileno atóxico contendo 1000g do produto. embalagem secundária: saco plástico, tipo fardo contendo 30kg..				
00006	206 - 458904	3.552,00	Embalagem 01 Quilograma	Arroz branco - especificação: arroz branco t.
Descrição Detalhada: 458904 - arroz branco - especificação: arroz branco tipo 1. grupo beneficiado. subproduto: polido, classe longo fino. tipo 1. o produto deve seguir as exigências da lei federal nº 9.972/00, decreto nº 6.268 de 22/11/07 que institui a classificação de produtos vegetais. produto deve ser isento de matéria terrosa, livre de umidade máximo de 14% - isento de parasitas e fungos, coloração característica da espécie e livre de fragmentos estranhos. rotulagem obrigatória (de acordo com a rdc nº 360/359de 23/12/03, rdc nº 259 de 20/09/02, rdc nº 13/05/04, anvisa, lei nº 1.0674/03. embalagem primária: saco plástico de polietileno atóxico contendo 1000g. embalagem secundária: saco plástico, tipo fardo contendo 30 kg..				
00007	207 - 460501	2.045,00	embalagem 200 gr	Aveia em flocos finos
Descrição Detalhada: 460501 - aveia em flocos finos - especificação: flocos resultante da moagem de grãos de aveia após limpeza e classificação, produzidos sob condições higiênicas tecnicamente recomendadas, livre de impurezas e microrganismos que o torne impróprio para o consumo, embalados em saco plástico e acondicionados em caixa contendo de 170 a 200g do produto. rotulagem de acordo com as normas da anvisa.				

Termo de Referência

Processo Administrativo do TR nº. 2025.12.11.01

Grupo: **G-001**

Total de Itens: **19**

00008 208 - 479080 21.630,00 Pacote 500 gramas **Farinha De Milho flocada**

Descrição Detalhada: 479080 - farinha de milho flocada - produto obtido a partir da moagem e flocagem do grão de milho amarelo, isento de impurezas, com flocos médios e uniformes. cor amarelo-intensa, sem presença de grumos, insetos, umidade excessiva, odor ou sabor estranhos. produto não deve conter corantes, conservantes e nem aditivos químicos. embalagem primária: saco plástico atóxico, inodoro, hermeticamente fechado, contendo 500g do produto...

00009 210 - 464553 4.930,00 Embalagem 01 Quilograma **Feijão Carioca - tipo 1**

Descrição Detalhada: 464553 - feijão tipo carioca - tipo 1. grupo i comum, classe cores, tipo 1. o produto deve seguir as exigências da lei federal nº. 9972/00 decreto nº. 6268 de 22/11/07 que institui a classificação de produtos vegetais e in nº12 de 28/03/08 mapa. produto deve ser isento de matéria terrosa, livre de umidade - máximo de 14% - isento de parasitas e fungos, coloração característica da espécie e livre de fragmentos estranhos. rotulagem obrigatória (de acordo com a rdc nº. 360/359 de 23/12/03, rdc nº. 259 de 20/09/02, rdc nº123 de 13/05/04 - anvisa, lei nº. 10674/03). embalagem primária: saco plástico de polietileno atóxico contendo 1000g do produto..

00010 211 - 383472 400,00 Pacote 400g **Proteína Texturizada Soja**

Descrição Detalhada: 383472 - proteína texturizada de soja - especificação: proteína de soja pré-cozida e texturizada, sabor carne vermelha. produto deve seguir a legislação vigente (rdc nº 268, de 22 de setembro de 2005). embalagem primária plástica de 400 gramas (g), acondicionados em fardos. livre de impurezas. a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote e quantidade do produto. validade mínima de seis meses a partir da data de entrega..

00011 212 - 480340 850,00 Pacote 500 gramas **Macarrão Não Contém Glúten**

Descrição Detalhada: 480340 - Macarrão espaguete sem glúten - macarrão de arroz ou milho, sem ovos, tipo espaguete. o produto deve estar de acordo com a nta 02 e 83 (decreto 12.845/78) e portaria nº 29 de 13 de janeiro de 1998, anvisa. ingredientes: farinha de arroz ou milho, sem ovos, sem colesterol e sem glúten. características: cor, odor, sabor e textura características. embalagem primária, saco plástico hermeticamente selado, ou caixa tipo box, atóxica, resistente, rotulado de acordo com a legislação vigente. na data de entrega o produto deve dispor de no mínimo 6 meses de validade. embalagem unitária de 400g a 500g..

00012 213 - 458951 10.250,00 Pacote 500 gramas **Macarrão espaguete**

Descrição Detalhada: 458951 - Macarrão espaguete - macarrão longo, fino, tipo espaguete. ingredientes básicos: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico e corante de urucum e cúrcuma. embalagem primária: saco plástico contendo de 400 a 500g do produto. rotulagem de acordo com as normas da anvisa..

00013 214 - 458974 1.631,00 Pacote 1000g **Macarrão tipo parafuso**

Descrição Detalhada: 458974 - Macarrão parafuso - especificação: parafuso comum, de boa qualidade, livre de impurezas e ausência de micro-organismos, causadores de doenças ao homem. ingredientes: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico e corantes naturais urucum e cúrcuma. com identificação do produto. embalagem atóxica, integra, não violada, com 500g. acondicionada em fardos plástico. registro no órgão competente. data de validade de no mínimo 6 meses, a partir da data de entrega. alérgicos: contém derivados de trigo. pode conter ovos, centeio, cevada, aveia, soja e triticale. contém glúten..

00014 222 - 463532 4.235,00 Embalagem 01 Quilograma **Cacau em pó 100%**

Descrição Detalhada: 463532 - Cacau em pó 100% - solúvel- o cacau deve ser fabricado com matérias primas sãs e limpas, isentas de matéria terrosa, parasitas e detritos vegetais ou animais e em perfeito estado de conservação. produto homogêneo, marrom escuro com características próprias. rotulagem de acordo com as normas da anvisa. pacote com no mínimo 200 gramas. validade mínima de 6 meses. kg.

00015 238 - 463937 1.000,00 Embalagem 01 Quilograma **Colorífico**

Descrição Detalhada: 463937 - Colorífico - ingredientes: urucum e óleo vegetal sem adição de sal. (rdc nº. 276 de 22/09/05 - anvisa). produto com aspecto de pó fino, cor alaranjada, odor e sabor próprio. rotulagem obrigatória (de acordo com a rdc nº. 360/359 de 23/12/03, rdc nº. 259 de 20/09/02, rdc nº123 de 13/05/04 - anvisa, lei nº. 10674/03). embalagem primária: polietileno atóxico contendo 100g do produto..

00016 239 - 463692 4.845,00 Unidade **Óleo de soja refinado**

Descrição Detalhada: 463692 - Óleo de soja refinado - produto deve seguir a legislação vigente (rdc nº. 270 de 22/09/05 - anvisa). aspecto límpido e

Termo de Referência

Processo Administrativo do TR nº. 2025.12.11.01

Grupo: **G-001**

Total de Itens: **19**

isento de impurezas. cor e odor característicos. rotulagem obrigatória (de acordo com a rdc nº. 360/359 de 23/12/03, rdc nº. 259 de 20/09/02, rdc nº123 de 13/05/04 – anvisa, lei nº.10674/03). embalagem primária: de garrafa plástica tipo pet atóxica contendo 900ml do produto..

00017	240 - 448219	2.360,00	Embalagem 01 Quilograma	Sal Refinado
-------	--------------	----------	-------------------------	---------------------

Descrição Detalhada: 448219 - Sal refinado - iodado. embalagem primária: saco plástico contendo 1000g do produto, inviolada, não furada, livre de insetos, umidade, microrganismos ou outras impurezas que venham a comprometer o armazenamento e a saúde humana. rotulagem de acordo com a legislação vigente..

00018	243 - 217096	640,00	Unidade	Vinagre de álcool
-------	--------------	--------	---------	--------------------------

Descrição Detalhada: 217096 - Vinagre de álcool - fermentação acética de mistura hidro alcoólica originária do álcool etílico. cor característica com a origem dos componentes da matéria-prima e nutrientes. aroma acético. rotulagem obrigatória (de acordo com a rdc nº. 360/359 de 23/12/03, rdc nº. 259 de 20/09/02, rdc nº123 de 13/05/04 – anvisa, lei nº.10674/03). embalagem primária: garrafa plástica tipo pet atóxica contendo 500ml do produto..

00019	275 - 606523	4.200,00	Pacote 250g	Café Apresentação: Torrado Moído, Tipo: Únic.
-------	--------------	----------	-------------	--

Descrição Detalhada: 606523 - Café Apresentação: Torrado Moído, Tipo: Único, Torrefação: Ponto De Torra Média..

Termo de Referência

Processo Administrativo do TR nº. 2025.12.11.01

Grupo: **G-002**

Total de Itens: **6**

00020	142 - 617140	5.130,00	Unidade	Coxa e sobrecoxa de frango desossada
-------	--------------	----------	---------	---

Descrição Detalhada: 617140 - Coxa e sobrecoxa de frango desossada - corte de frango do tipo coxa e sobrecoxa de frango desossado, congelado. produto deve seguir a legislação vigente (portaria nº210 de 10/11/98 do sda/dipoa). registro do sif. aspecto firme, não amolecido e nem pegajoso. cor amarelo-rosado sem escurecimento ou manchas esverdeadas e odor característico. rotulagem obrigatória (rdc nº.360/359 de 23/12/03, rdc nº.259 de 20/09/02, rdc nº.123 de 13/05/04 e portaria nº 210 de 10/11/98 mapa, lei nº10.674). embalagem primária: em sacos de polietileno atóxico contendo 1000g do produto..

00021	230 - 617131	9.250,00	Embalagem 01 Quilograma	Carne suína congelada em cubos (pernil)
-------	--------------	----------	-------------------------	--

Descrição Detalhada: 617131 - Carne suína congelada em cubos (pernil) - carne suína processada, congelada, em cubos de aproximadamente 50g. aparência própria da espécie, não amolecida nem pegajosa, textura macia, aroma e sabor cárneo. embalada à vácuo termo formável, em filme de alta barreira contendo 1000g do produto. rotulagem de acordo com as exigências de registros no ministério da saúde/mapa. produto com registro do serviço de inspeção/mapa (sif) ou equivalente estadual (sie). validade mínima de 06 (seis) meses da data de entrega..

00022	231 - 448169	8.250,00	Embalagem 01 Quilograma	Carne bovina em iscas congelada
-------	--------------	----------	-------------------------	--

Descrição Detalhada: 448169 - Carne bovina em iscas congelada - carne bovina obtida do músculo bovino cortada em iscas, com gordura máxima 15% e água 3% no máximo. embalada à vácuo termo formável, em filme de alta barreira contendo 1000g do produto. aspecto não pegajoso. cor vermelha sem manchas esverdeadas e odor característico. produto deve seguir a legislação vigente e ter registro do serviço de inspeção/mapa (sif) ou equivalente estadual (sie). rotulagem obrigatória (rdc nº.360/359 de 23/12/03, rdc nº.259 de 20/09/02, rdc nº.123 de 13/05/04 e in nº 83 anexo ii de 21/11/03, lei nº10.674)..

00023	232 - 447498	4.820,00	Embalagem 01 Quilograma	Carne bovina almôndega congelada (músculo)
-------	--------------	----------	-------------------------	---

Descrição Detalhada: 447498 - carne bovina almôndega congelada (músculo) - carne bovina, congelada, em formato de almôndega com aproximadamente 50g, obtida do músculo bovino, com gordura máxima 15% e água 3% no máximo. embalada à vácuo termo formável, em filme de alta barreira contendo 1000g do produto. aspecto não pegajoso. cor vermelha sem manchas esverdeadas e odor característico. produto deve seguir a legislação vigente e ter registro do serviço de inspeção/mapa (sif) ou equivalente estadual (sie). rotulagem obrigatória (rdc nº.360/359 de 23/12/03, rdc nº.259 de 20/09/02, rdc nº.123 de 13/05/04 e in nº 83 anexo ii de 21/11/03, lei nº10.674)..

00024	234 - 454336	9.340,00	Embalagem 01 Quilograma	Carne bovina moída congelada (músculo)
-------	--------------	----------	-------------------------	---

Descrição Detalhada: 454336 - Carne bovina moída congelada (músculo) - carne bovina moída obtida do músculo bovino, com gordura máxima 15% e água 3% no máximo. embalada à vácuo termo formável, em filme de alta barreira contendo 1000g do produto. aspecto não pegajoso. cor vermelha sem manchas esverdeadas e odor característico. produto deve seguir a legislação vigente e ter registro do serviço de inspeção/mapa (sif) ou equivalente estadual (sie). rotulagem obrigatória (rdc nº.360/359 de 23/12/03, rdc nº.259 de 20/09/02, rdc nº.123 de 13/05/04 e in nº 83 anexo ii de 21/11/03, lei nº10.674)..

00025	236 - 447618	11.250,00	Embalagem 01 Quilograma	Filé de frango
-------	--------------	-----------	-------------------------	-----------------------

Descrição Detalhada: 447618 - Filé de frango - corte de frango em filé tipo "sassami" congelado. produto deve seguir a legislação vigente (portaria nº210 de 10/11/98 do sda/dipoa). registro do sif. aspecto firme, não amolecido e nem pegajoso. cor amarelo-rosado sem escurecimento ou manchas esverdeadas e odor característico. rotulagem obrigatória (rdc nº.360/359 de 23/12/03, rdc nº.259 de 20/09/02, rdc nº.123 de 13/05/04 e portaria nº 210 de 10/11/98 mapa, lei nº10.674). embalagem primária: em sacos de polietileno atóxico contendo 1000g do produto..

Termo de Referência

Processo Administrativo do TR nº. 2025.12.11.01

Grupo: **G-003**

Total de Itens: 4

00026 115 - 447375 820,00 embalagem de 01 quilogram **leite em pó sem lactose**

Descrição Detalhada: 447375 - Leite em pó sem lactose - produto obtido pela desidratação do leite integral de vaca, com redução enzimática da lactose (hidrólise enzimática). aparência em pó homogêneo, coloração branco-amarelada uniforme, isento de grumos, umidade livre, bolores, odores ou sabores estranhos. solúvel em água morna ou quente, com reconstituição estável. produto deve atender à legislação vigente: instrução normativa nº 62 de 26/08/2011 (mapa), resolução rdc nº 332/2019 (padrões microbiológicos), rdc nº 429/2020 (rotulagem nutricional) e lei nº 10.674/2003 (informação sobre glúten). registro no sif ou sie obrigatório.sem adição de açúcares, conservantes ou aromatizantes. embalagem primária: lata ou sachê aluminizado atóxico, hermeticamente fechado, com 300g do produto. rotulagem obrigatória contendo: nome do produto, indicação "sem lactose" de forma clara..

00027 202 - 236197 100,00 Unidade **Adoçante dietético - 100% stévia**

Descrição Detalhada: 236197 - adoçante dietético - 100% stévia. embalado em frasco plástico transparente contendo 80 ml do produto. rotulagem de acordo com as normas da anvisa. validade mínima 120 dias da data de entrega do produto..

00028 220 - 446019 12.450,00 Embalagem 01 Quilograma **Leite Em Pó Integral**

Descrição Detalhada: 446019 - Leite em pó integral enriquecido com vitaminas e minerais - produto obtido pela desidratação do leite integral de vaca, enriquecido com ferro, zinco e um complexo de, no mínimo, 10 vitaminas (a, d, e, k, c, b1, b2, b6, b12 e niacina). aparência em pó fino e homogêneo, coloração branco-amarelada, livre de grumos, umidade, odores estranhos, bolores ou qualquer alteração sensorial. solubilidade adequada em água morna ou quente, com reconstituição estável. produto deve estar em conformidade com a instrução normativa nº 62/2011 – mapa (padrões de identidade e qualidade), rdc nº 429/2020 (rotulagem nutricional), rdc nº 332/2019 (padrões microbiológicos). registro no sif ou sie obrigatório. isento de glúten, conforme lei nº 10.674/2003. não contém conservantes, aromatizantes ou corantes artificiais. embalagem primária: sachê aluminizado, atóxico, hermeticamente fechado, com 1000g. rotulagem de acordo com as normas vigentes..

00029 221 - 239861 220,00 Pacote 400g **Leite/bebida vegetal de soja**

Descrição Detalhada: 239861 - Leite/bebida vegetal de soja - alimento com proteína isolada de soja para dietas com restrição de lactose, adicionado de vitaminas e minerais, acondicionado em embalagem de folha de flandres ou alumínio limpa, resistente, atóxica, isenta de ferrugem, não amassada, contendo 300 a 400g de peso líquido. rotulagem de acordo com as normas da anvisa. data de validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega do produto..

Termo de Referência

Processo Administrativo do TR nº. 2025.12.11.01

Grupo: **G-004**

Total de Itens: **7**

00030	223 - 235092	6.600,00	Pacote 400g	Biscoito cream cracker
-------	--------------	----------	-------------	-------------------------------

Descrição Detalhada: 235092 - biscoito cream cracker - biscoito ou bolacha salgada tipo cream cracker. ingredientes básicos: farinha de trigo fortificada com ácido fólico e ferro, açúcar, fermentos químicos, sal, lecitina de soja. embalagem dupla de polietileno atóxico, contendo de 330 a 400g do produto. rotulagem de acordo com as normas da anvisa. validade de no mínimo 06 a 01 ano..

00031	224 - 232236	7.100,00	Pacote 400g	Biscoito doce tipo maria
-------	--------------	----------	-------------	---------------------------------

Descrição Detalhada: 232236 - biscoito tipo maria - biscoito ou bolacha doce tipo maria. ingredientes básicos: farinha de trigo fortificada com ácido fólico e ferro, açúcar, fermentos químicos, lecitina de soja. embalagem dupla de polietileno atóxico, contendo de 330 a 400g do produto. rotulagem de acordo com as normas da anvisa. validade de no mínimo 06 a 01 ano..

00032	225 - 627510	1.120,00	Pacote 400g	Biscoito Tipo Maria Integral Sem Lactose
-------	--------------	----------	-------------	---

Descrição Detalhada: 627510 - biscoito tipo maria Integral sem lactose - biscoito ou bolacha doce tipo maria. ingredientes básicos: farinha de trigo fortificada com ácido fólico e ferro, açúcar, fermentos químicos, lecitina de soja, sem lactose. embalagem dupla de polietileno atóxico, contendo de 330 a 400g do produto. rotulagem de acordo com as normas da anvisa. validade de no mínimo 06 a 01 ano..

00033	226 - 294038	320,00	Pacote 400g	Biscoito Tipo Água e Sal sem Leite
-------	--------------	--------	-------------	---

Descrição Detalhada: 294038 - Biscoito tipo água e sal sem leite- biscoito ou bolacha elaborado à base de farinha de trigo e óleos vegetais, sem adição de leite ou derivados, apresentando textura crocante, sabor suave e coloração clara, sem leite e derivados. embalagem primária plástica ou similar, atóxica, resistente e hermeticamente fechada, garantindo conservação e integridade. embalagem secundária composta por caixas de papelão resistentes, com identificação do produto, lote, prazo de validade, peso líquido e instruções de conservação. peso líquido aproximadamente 400g. produto em conformidade com a rdc nº 429/2020 e demais legislações aplicáveis..

00034	227 - 232144	320,00	Pacote 400g	Biscoito tipo maria sem recheio
-------	--------------	--------	-------------	--

Descrição Detalhada: 232144 - biscoito tipo maria sem leite- produto obtido a partir da farinha de trigo, açúcar e amido, isento de leite e derivados. apresenta textura crocante, coloração clara e sabor adocicado característico. embalagem primária plástica ou similar, atóxica, resistente e hermeticamente fechada, garantindo conservação e integridade. embalagem secundária composta por caixas de papelão resistentes, com identificação do produto, lote, prazo de validade, peso líquido e instruções de conservação. peso líquido aproximadamente 400g. produto em conformidade com a rdc nº 429/2020 e demais legislações aplicáveis..

00035	228 - 402158	320,00	Pacote 400g	Biscoito tipo cream cracker sem leite
-------	--------------	--------	-------------	--

Descrição Detalhada: 402158 - biscoito tipo cream cracker sem leite - produto obtido da farinha de trigo e óleos vegetais, sem adição de leite ou derivados. apresenta textura crocante, sabor salgado característico e coloração dourada uniforme. embalagem primária plástica ou similar, atóxica, resistente e hermeticamente fechada, garantindo conservação e integridade. embalagem secundária composta por caixas de papelão resistentes, com identificação do produto, lote, prazo de validade, peso líquido e instruções de conservação. peso líquido aproximadamente 400g. produto em conformidade com a rdc nº 429/2020 e demais legislações aplicáveis..

00036	229 - 617307	3.310,00	Pacote 500 gramas	Pão Massa Fina vitaminado
-------	--------------	----------	-------------------	----------------------------------

Descrição Detalhada: 617307 - pão massa fina vitaminado - pão massa fina tipo hot-dog enriquecido com vitaminas. ingredientes básicos: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, água, açúcar, fermento biológico, melhorador de farinha, composto lácteo, sal, multi vitaminas pp (nicotinamida), vitaminas b6, b2 e b1 e ferro. conservador propionato de cálcio. embalado em saco plástico transparente de polietileno atóxico contendo 500g do produto (10 unidades). rotulagem de acordo com as normas da anvisa..

Termo de Referência

Processo Administrativo do TR nº. 2025.12.11.01

Grupo: **G-005**

Total de Itens: **2**

00037

241 - 486402

5.050,00

Unidade

Suco concentrado sabor de caju

Descrição Detalhada: 486402 - Suco concentrado de caju -sabor caju - elaborado a partir do suco natural da fruta caju selecionados, submetido a processo industrial de concentração por remoção parcial de água, com ou sem adição de acidulantes, antioxidantes e estabilizantes permitidos pela legislação vigente. deve manter as características sensoriais típicas da fruta de origem. produto homogêneo, sem separação de fases, livre de resíduos estranhos, sinais de fermentação, bolores ou odores anormais. classificado como suco concentrado, conforme definido pela resolução rdc nº 272/2005 – anvisa e instrução normativa nº 37/2018 – mapa. pode conter até 1g/100ml de açúcares naturais ou adicionados, desde que declarado em rótulo, obedecendo à rdc nº 54/2012. não se aplica a bebidas tipo néctar ou refresco. a reconstituição deve obedecer às orientações do fabricante, garantindo valor nutricional adequado após diluição. pode ser enriquecido com vitaminas e minerais (opcional). embalagem primária: garrafa pet, resistente e hermeticamente fechado, contendo 500ml produto..

00038

242 - 389792

4.350,00

Unidade

Suco concentrado sabor goiaba

Descrição Detalhada: 389792 - Suco concentrado sabor goiaba- elaborado a partir do suco natural da fruta goiaba selecionadas, submetido a processo industrial de concentração por remoção parcial de água, com ou sem adição de acidulantes, antioxidantes e estabilizantes permitidos pela legislação vigente. deve manter as características sensoriais típicas da fruta de origem. produto homogêneo, sem separação de fases, livre de resíduos estranhos, sinais de fermentação, bolores ou odores anormais. classificado como suco concentrado, conforme definido pela resolução rdc nº 272/2005 – anvisa e instrução normativa nº 37/2018 – mapa. pode conter até 1g/100ml de açúcares naturais ou adicionados, desde que declarado em rótulo, obedecendo à rdc nº 54/2012. não se aplica a bebidas tipo néctar ou refresco. a reconstituição deve obedecer às orientações do fabricante, garantindo valor nutricional adequado após diluição. pode ser enriquecido com vitaminas e minerais (opcional). embalagem primária: garrafa pet, resistente e hermeticamente fechado, contendo 500ml produto..



Prefeitura Municipal de São Benedito

Equipe de Planejamento - Estudo Técnico Preliminar

Rua Paulo Marques, 378, Centro - CEP: 62370000 - São Benedito - CE

CNPJ: 07.778.129/0001-74

E-mail: cplsabenedito@gmail.com

Estudo Técnico Preliminar

ETP nº. 2025.12.11.01

Processo Administrativo nº. 2025.12.11.01 - Compras

1 - Informações Básicas

Local: São Benedito

Data: 11 de dezembro de 2025

COD. UASG: 981547

Fundamentação Legal:

Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal 54/2021

2 - Descrição da necessidade da contratação (Art. 18, §1º, I)

A presente contratação para aquisição de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar do Município de São Benedito/CE decorre da necessidade essencial de garantir a adequada execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE no âmbito da rede municipal de ensino, tendo em vista a identificação de demandas contínuas relacionadas ao fornecimento regular, qualitativo e quantitativamente adequado de alimentos para os alunos da educação básica.

O problema central identificado pela Administração Pública Municipal consiste na necessidade de assegurar o fornecimento ininterrupto de alimentação escolar balanceada, nutritiva e em conformidade com as diretrizes nutricionais estabelecidas pelos órgãos competentes, considerando que a ausência ou insuficiência de gêneros alimentícios compromete diretamente a oferta da merenda escolar, impactando negativamente o desenvolvimento físico, cognitivo e o rendimento escolar dos alunos matriculados na rede pública municipal.

Conforme evidenciado nos Documentos de Formalização da Demanda – DFDs elaborados pela Secretaria Municipal de Educação, a alimentação escolar configura-se como política pública de caráter essencial, sendo, em muitos casos, a principal refeição diária de parcela significativa dos estudantes, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A descontinuidade ou inadequação dessa oferta pode resultar em aumento da evasão escolar, prejuízos ao processo de ensino-aprendizagem e agravamento de situações de insegurança alimentar no âmbito municipal.

Ademais, a inexistência de processo regular e planejado de aquisição de gêneros alimentícios pode ocasionar desabastecimento das unidades escolares, aquisição emergencial com custos elevados, perda de economicidade, além de fragilizar os mecanismos de controle e planejamento da Administração, contrariando os princípios da eficiência, economicidade e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 54/2023, que estabelece a obrigatoriedade de adequada instrução da fase preparatória das contratações.

A real necessidade gerada por esse cenário é a estruturação de um processo de contratação que assegure o fornecimento contínuo, padronizado e de qualidade dos gêneros alimentícios necessários à composição dos cardápios escolares, respeitando as especificidades nutricionais por faixa etária, as diretrizes do PNAE, bem como as condições logísticas de distribuição às diversas unidades escolares do Município, incluindo aquelas situadas em áreas rurais.

Busca-se, com a presente contratação, não apenas suprir a demanda imediata por alimentos, mas garantir a efetividade da política pública de alimentação escolar, promovendo segurança alimentar e nutricional, contribuindo para o desenvolvimento integral dos estudantes e fortalecendo o ambiente educacional como espaço de inclusão social e promoção da saúde.

Além disso, pretende-se alcançar maior eficiência administrativa por meio do planejamento adequado das aquisições, permitindo melhor gestão de estoques, redução de desperdícios, padronização dos produtos adquiridos e maior controle na execução contratual, alinhando-se às boas práticas de governança e aos instrumentos de planejamento institucional, conforme preconizado na legislação vigente.

Dessa forma, a contratação revela-se imprescindível para solucionar problema concreto identificado pela Administração, qual seja, a necessidade de garantir o abastecimento regular e adequado da merenda escolar, assegurando o cumprimento das obrigações legais e institucionais do Município, bem como a prestação de um serviço público essencial com qualidade, continuidade e eficiência. Trata-se, portanto, de medida estratégica para assegurar o direito à alimentação escolar e promover melhores condições de aprendizagem aos alunos da rede municipal de ensino de São Benedito/CE

3 - Área(s) requisitante(s)

Nº do DFD	Identificação do Órgão Emissor do DFD
2025.11.26.001	07 - Secretaria Municipal de Educação

Responsável: Lucimara Cavalcante de Aguiar Fernandes	Matrícula/Portaria: 276
2025.11.27.001	07 - Secretaria Municipal de Educação

Responsável: Lucimara Cavalcante de Aguiar Fernandes	Matrícula/Portaria: 276
2025.11.28.002	07 - Secretaria Municipal de Educação

ETP nº. 2025.12.11.01

Relatório emitido por: GoverLance

Página 1 de 12

Estudo Técnico Preliminar

ETP nº. 2025.12.11.01

Processo Administrativo nº. 2025.12.11.01 - Compras

Responsável: Lucimara Cavalcante de Aguiar Fernandes

Matrícula/Portaria: 276

2025.12.01.001 07 - Secretaria Municipal de Educação

Responsável: Lucimara Cavalcante de Aguiar Fernandes

Matrícula/Portaria: 276

2025.12.01.002 07 - Secretaria Municipal de Educação

Responsável: Lucimara Cavalcante de Aguiar Fernandes

Matrícula/Portaria: 276

2025.12.02.001 07 - Secretaria Municipal de Educação

Responsável: Lucimara Cavalcante de Aguiar Fernandes

Matrícula/Portaria: 276

2025.12.02.002 07 - Secretaria Municipal de Educação

Responsável: Lucimara Cavalcante de Aguiar Fernandes

Matrícula/Portaria: 276

2025.12.03.002 07 - Secretaria Municipal de Educação

Responsável: Lucimara Cavalcante de Aguiar Fernandes

Matrícula/Portaria: 276

4 - Demonstração da previsão (ou não) da contratação no PCA (Art. 18, §1º, II)

Nº. no PCA:

Grau de Prioridade:

Data desejada da Contratação:

O Município de São Benedito, seguindo as exigências dos artigos 12, inciso VII, e 18 da Lei nº 14.133/2021, elaborou o Plano de Contratações Anual (PCA) para o exercício de 2026, com base na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Adicionalmente, o Documento de Formalização da Demanda (DFD) nº 375/2025 - PCA, foi preparado em conformidade com a legislação vigente, garantindo transparência e eficiência nas contratações públicas

5 - Requisitos da contratação (Art. 18, §1º, III)

A contratação pretendida refere-se à aquisição de gêneros alimentícios destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE no Município de São Benedito/CE, caracterizando-se como fornecimento de bens de natureza comum, nos termos da legislação vigente, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado, conforme preceitua a Lei nº 14.133/2021.

Os gêneros alimentícios a serem adquiridos deverão atender rigorosamente a padrões mínimos de qualidade, higiene, segurança alimentar e valor nutricional, sendo indispensável que todos os produtos estejam em conformidade com as normas sanitárias aplicáveis, especialmente aquelas expedidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Ministério da Saúde e demais órgãos de controle. Os alimentos deverão apresentar características adequadas quanto à conservação, acondicionamento, validade, integridade das embalagens, rotulagem nutricional obrigatória e ausência de contaminações físicas, químicas ou biológicas, garantindo sua aptidão para o consumo humano, especialmente por público infantojuvenil.

Deverão ser observadas, ainda, as diretrizes nutricionais estabelecidas pelo PNAE, exigindo-se que os produtos fornecidos sejam compatíveis com os cardápios elaborados por profissional nutricionista responsável técnico, contemplando diversidade alimentar, equilíbrio nutricional e adequação às diferentes faixas etárias atendidas pela rede municipal de ensino. Produtos perecíveis deverão ser entregues em condições adequadas de transporte e armazenamento, com controle de temperatura quando necessário, de modo a preservar suas propriedades e evitar riscos à saúde dos alunos.

No que se refere à padronização, registra-se que, embora exista o Catálogo de Materiais do Governo Federal (CATMAT/CATSER), a Administração poderá adotar especificações técnicas próprias, devidamente fundamentadas nos Documentos de Formalização da Demanda e nas necessidades específicas do Município, considerando as peculiaridades regionais, hábitos alimentares locais, logística de distribuição e diretrizes nutricionais do PNAE. Tal medida se justifica pela necessidade de adequação mais precisa dos itens à realidade da rede municipal de ensino, não comprometendo, contudo, a competitividade do certame, uma vez que se baseia em parâmetros amplamente disponíveis no mercado.

Por se tratar de aquisição de bens, não se configura contratação de serviço, tampouco possui natureza continuada sob o aspecto jurídico do objeto; entretanto, destaca-se que o fornecimento dos gêneros alimentícios será realizado de forma parcelada e periódica ao longo da vigência contratual, em razão da natureza contínua da demanda administrativa, vinculada ao calendário escolar e à necessidade permanente de oferta de alimentação aos alunos.

Quanto aos critérios e práticas de sustentabilidade, a contratação deverá observar, no que couber, as diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, priorizando a aquisição de produtos oriundos de práticas ambientalmente responsáveis. Deverão ser privilegiados produtos com menor grau de processamento, embalagens recicláveis ou biodegradáveis e fornecedores que adotem práticas sustentáveis em sua cadeia produtiva.

Adicionalmente, poderá ser exigido que os fornecedores adotem boas práticas de logística, reduzindo desperdícios e garantindo o adequado acondicionamento dos produtos durante o transporte e entrega. Quando aplicável, deverá ser incentivada a redução de uso de materiais plásticos e a correta destinação de resíduos, contribuindo para a mitigação de impactos ambientais.

Dessa forma, os requisitos da contratação foram definidos com o objetivo de assegurar a qualidade dos produtos fornecidos, garantir a

ETP nº. 2025.12.11.01

Relatório emitido por: GoverLance

Página 2 de 12

Estudo Técnico Preliminar

ETP nº. 2025.12.11.01

Processo Administrativo nº. 2025.12.11.01 - Compras

segurança alimentar dos estudantes, promover a eficiência na execução contratual e assegurar a ampla competitividade do certame, em estrita observância aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e desenvolvimento sustentável que regem as contratações públicas, bem como às disposições do Decreto Municipal nº 54/2023

6 - Levantamento de Mercado (Art. 18, §1º, V)

O levantamento de mercado realizado para a presente contratação teve por finalidade analisar as condições de fornecimento de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar, identificando características do setor, práticas adotadas por outros entes públicos, dinâmica de preços, estrutura da cadeia de suprimentos e eventuais inovações que possam contribuir para o atendimento mais eficiente da demanda da Administração Pública Municipal.

Verificou-se que o mercado de fornecimento de gêneros alimentícios é amplamente consolidado, contando com grande número de fornecedores, incluindo distribuidores atacadistas, empresas do ramo alimentício, cooperativas e produtores da agricultura familiar, o que favorece a competitividade e possibilita a obtenção de propostas vantajosas para a Administração. Trata-se de segmento caracterizado pela oferta contínua, diversidade de produtos e relativa padronização dos itens, especialmente no que se refere a alimentos básicos e industrializados, amplamente utilizados na composição da merenda escolar.

No âmbito das contratações públicas, constatou-se que a aquisição de gêneros alimentícios para alimentação escolar é prática recorrente em municípios de porte semelhante ao de São Benedito/CE, sendo predominantemente realizada por meio de licitação na modalidade pregão, com julgamento pelo critério de menor preço por item ou por grupo, ou ainda por meio de sistema de registro de preços, a depender da estratégia de abastecimento adotada. Observou-se também a utilização complementar de chamadas públicas para aquisição de produtos da agricultura familiar, em atendimento às diretrizes do PNAE, o que reforça a necessidade de compatibilização entre diferentes modelos de contratação.

A análise de contratações similares evidenciou que a segmentação do objeto por grupos/lotes tem se mostrado prática eficiente para ampliar a competitividade, possibilitando a participação de fornecedores de diferentes portes e especializações, desde grandes distribuidores até pequenos produtores locais. Tal modelagem contribui para a obtenção de melhores preços e maior diversidade de fornecedores, reduzindo riscos de desabastecimento.

Quanto à dinâmica do mercado, destaca-se que o setor de gêneros alimentícios apresenta variações frequentes de preços, influenciadas por fatores sazonais, logísticos, climáticos e econômicos, especialmente no caso de produtos perecíveis. Esse aspecto reforça a importância de adoção de instrumentos contratuais que confirmem flexibilidade e eficiência à gestão da contratação, como o fornecimento parcelado, a previsão de entregas periódicas e, quando cabível, a utilização de sistema de registro de preços, permitindo à Administração ajustar suas aquisições à demanda real ao longo do exercício.

No que se refere a inovações e boas práticas, identificou-se crescente adoção de mecanismos voltados à rastreabilidade dos alimentos, melhoria nas condições de transporte (especialmente com controle de temperatura para produtos perecíveis).

Importante destacar que, para o objeto em análise, não se mostram viáveis alternativas como locação ou outras formas de contratação distintas da aquisição, uma vez que se trata de bens consumíveis, de uso imediato e essencial à execução de política pública contínua, não sendo possível sua reutilização ou compartilhamento ao longo do tempo, o que afasta a aplicabilidade de alternativas previstas no art. 44 da Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, conclui-se que o mercado apresenta condições favoráveis à realização da contratação pretendida, com ampla oferta de fornecedores, competitividade adequada e capacidade de atendimento das demandas da Administração, sendo possível estruturar o processo licitatório de modo a assegurar economicidade, eficiência e qualidade no fornecimento dos gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar do Município de São Benedito/CE

7 - Descrição da solução como um todo (Art. 18, §1º, VII)

A solução proposta para atendimento da necessidade identificada consiste na realização de processo licitatório destinado à Aquisição de gêneros alimentícios (Merenda Escolar) destinados ao atendimento do cardápio da alimentação escolar do Município de São Benedito-CE, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

A solução abrange o fornecimento parcelado de alimentos, compreendendo gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, tais como cereais, leguminosas, proteínas de origem animal, laticínios, hortifrutigranjeiros, produtos industrializados e demais itens necessários à composição dos cardápios escolares elaborados por profissional nutricionista habilitado. A definição detalhada dos itens, especificações técnicas e quantitativos será baseada nos Documentos de Formalização da Demanda (DFDs), considerando o número de alunos atendidos, a modalidade de ensino, o calendário escolar e as diretrizes nutricionais do PNAE.

A execução contratual deverá ocorrer de forma parcelada, mediante entregas periódicas diretamente nas unidades escolares ou em locais previamente definidos pela Secretaria Municipal de Educação, conforme cronograma logístico estabelecido pela Administração. Tal modelo se justifica tecnicamente pela necessidade de garantir o abastecimento contínuo, evitar perdas por vencimento ou deterioração de produtos e assegurar melhor gestão de estoques, especialmente no caso de alimentos perecíveis.

A solução contempla, ainda, a definição de requisitos rigorosos quanto à qualidade, acondicionamento, transporte e entrega dos produtos, devendo os fornecedores assegurar que os gêneros alimentícios sejam entregues em perfeitas condições de consumo, respeitando normas sanitárias vigentes, prazos de validade adequados e integridade das embalagens. Para produtos perecíveis, será exigido transporte apropriado, com controle de temperatura quando aplicável, garantindo a manutenção das características nutricionais

Estudo Técnico Preliminar

ETP nº. 2025.12.11.01

Processo Administrativo nº. 2025.12.11.01 - Compras

e sanitárias dos alimentos.

Do ponto de vista da modelagem da contratação, opta-se pela realização de licitação com possibilidade de divisão do objeto em grupos, estratégia que se mostra tecnicamente adequada e economicamente vantajosa, pois amplia a competitividade, permite a participação de fornecedores de diferentes portes e especializações, inclusive produtores locais e regionais, e reduz riscos de desabastecimento. Tal parcelamento observa o princípio da economicidade e da ampliação da competitividade, sem prejuízo da eficiência na execução contratual.

Quanto às exigências de qualificação técnica, estas deverão ser estabelecidas de forma objetiva e proporcional ao objeto, limitando-se à comprovação de aptidão para o fornecimento de gêneros alimentícios compatíveis com o objeto licitado, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado. Poderá ser exigida, ainda, comprovação de regularidade sanitária, por meio de alvará de funcionamento e/ou licença sanitária expedida pelo órgão competente, considerando a natureza do objeto e os riscos envolvidos no fornecimento de alimentos destinados ao consumo humano.

No que se refere à qualificação econômico-financeira, as exigências deverão observar os limites legais e a proporcionalidade em relação ao objeto, de modo a garantir que os fornecedores possuam capacidade mínima para execução contratual, sem restringir indevidamente a competitividade do certame.

Importante destacar que a solução adotada, aquisição direta dos gêneros alimentícios, mostra-se a única tecnicamente viável e economicamente adequada para o atendimento da necessidade, não se aplicando alternativas como locação ou outras formas de contratação, uma vez que se trata de bens consumíveis, indispensáveis à execução de política pública contínua, conforme diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

Adicionalmente, a solução considera a integração com outras estratégias de aquisição previstas no âmbito do PNAE, como a contratação de produtos da agricultura familiar por meio de chamada pública, garantindo complementaridade entre os modelos e atendimento às exigências legais específicas do programa.

No tocante à gestão e fiscalização contratual, a solução prevê o acompanhamento sistemático da execução, com controle de qualidade dos produtos entregues, conferência de quantitativos, verificação das condições sanitárias e aplicação de sanções em caso de descumprimento contratual, assegurando o atingimento dos resultados pretendidos.

Por fim, a solução proposta demonstra-se adequada sob os aspectos técnico, econômico e operacional, sendo capaz de garantir o fornecimento eficiente e contínuo da alimentação escolar, promover segurança alimentar e nutricional aos alunos, assegurar a correta aplicação dos recursos públicos e atender plenamente ao interesse público envolvido, em consonância com o planejamento das contratações e as diretrizes estabelecidas no Decreto Municipal nº 54/2023.

JUSTIFICATIVA DA ESTIMATIVA DE QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO

A estimativa das quantidades de gêneros alimentícios foi elaborada com base em critérios técnicos consistentes, considerando, primordialmente, o número de alunos regularmente matriculados na rede municipal de ensino de São Benedito/CE, abrangendo todas as etapas e modalidades atendidas. Esses dados foram associados às diretrizes nutricionais do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, que estabelecem parâmetros de consumo per capita e orientam a composição dos cardápios de forma equilibrada e adequada às necessidades nutricionais dos estudantes.

Para maior precisão, foram utilizados como referência os cardápios elaborados por profissional nutricionista responsável, os quais definem os tipos de alimentos, frequência de consumo e porções adequadas por faixa etária. A partir desses elementos, foi possível dimensionar os quantitativos necessários para atendimento durante todo o período letivo, considerando o número de dias de oferta da alimentação escolar e a diversidade alimentar exigida pelo programa.

Adicionalmente, a Administração considerou dados históricos de consumo oriundos de contratações anteriores, permitindo identificar padrões de utilização, sazonalidades e possíveis ajustes necessários. Também foram avaliadas as condições logísticas do Município, incluindo a distribuição entre zona urbana e rural, a frequência de entregas e a capacidade de armazenamento das unidades escolares, especialmente no caso de produtos perecíveis, garantindo compatibilidade entre consumo e conservação.

Por fim, a estimativa contemplou margem de segurança operacional para absorver eventuais variações na demanda, como flutuações no número de alunos, alterações no calendário escolar ou imprevistos logísticos. Dessa forma, a metodologia adotada assegura equilíbrio entre oferta e demanda, evitando desabastecimento ou desperdício, e garantindo eficiência, economicidade e continuidade no fornecimento da alimentação escolar

8 - Estimativa das Quantidades da Contratação (Art. 18, §1º, IV)

Seq. Item	Quantidade	Unidade de Fornecimento
00001	1.004,00	Embalagem 01 Quilograma
Descrição Detalhada: 611980 - Alho picado sem sal - tempero. produto deve seguir a legislação vigente (rdc nº. 276 de 22/09/05 – anvisa, portaria nº242 mapa). rotulagem obrigatória (de acordo com a rdc nº. 360/359 de 23/12/03, rdc nº. 259 de 20/09/02, rdc nº123 de 13/05/04 – anvisa, lei nº.10674/03). embalagem primária: pote de pvc leitoso atóxico contendo 1000g do produto.		
00002	8.830,00	Embalagem de 01 quilograma

ETP nº. 2025.12.11.01

Relatório emitido por: GoverLance

Página 4 de 12

Estudo Técnico Preliminar

ETP nº. 2025.12.11.01

Processo Administrativo nº. 2025.12.11.01 - Compras

Descrição Detalhada: 472894 - feijão tipo preto - tipo 1. o produto deve seguir as exigências da lei federal nº. 9972/00 decreto nº. 6268 de 22/11/07 que institui a classificação de produtos vegetais e in nº12 de 28/03/08 mapa. produto deve ser isento de matéria terrosa, livre de umidade – máximo de 14% - isento de parasitas e fungos, coloração característica da espécie e livre de fragmentos estranhos. rotulagem obrigatória (de acordo com a rdc nº. 360/359 de 23/12/03, rdc nº. 259 de 20/09/02, rdc nº123 de 13/05/04 – anvisa, lei nº. 10674/03). embalagem primária: saco plástico de polietileno atóxico contendo 1000g do produto.

00003

820,00

Embalagem de 01 quilograma

Descrição Detalhada: 447375 - Leite em pó sem lactose - produto obtido pela desidratação do leite integral de vaca, com redução enzimática da lactose (hidrólise enzimática). aparência em pó homogêneo, coloração branco-amarelada uniforme, isento de grumos, umidade livre, bolores, odores ou sabores estranhos. solúvel em água morna ou quente, com reconstituição estável. produto deve atender à legislação vigente: instrução normativa nº 62 de 26/08/2011 (mapa), resolução rdc nº 332/2019 (padrões microbiológicos), rdc nº 429/2020 (rotulagem nutricional) e lei nº 10.674/2003 (informação sobre glúten). registro no sif ou sie obrigatório sem adição de açúcares, conservantes ou aromatizantes. embalagem primária: lata ou sachê aluminizado atóxico, hermeticamente fechado, com 300g do produto. rotulagem obrigatória contendo: nome do produto, indicação "sem lactose" de forma clara.

00004

5.130,00

Unidade

Descrição Detalhada: 617140 - Coxa e sobrecoxa de frango desossada - corte de frango do tipo coxa e sobrecoxa de frango desossado, congelado. produto deve seguir a legislação vigente (portaria nº210 de 10/11/98 do sda/dipoa). registro do sif. aspecto firme, não amolecido e nem pegajoso. cor amarelo-rosado sem escurecimento ou manchas esverdeadas e odor característico. rotulagem obrigatória (rdc nº.360/359 de 23/12/03, rdc nº.259 de 20/09/02, rdc nº.123 de 13/05/04 e portaria nº 210 de 10/11/98 mapa, lei nº10.674). embalagem primária: em sacos de polietileno atóxico contendo 1000g do produto.

00005

13.300,00

Embalagem de 01 quilograma

Descrição Detalhada: 603269 - açúcar cristal branco - especificação: produto deverá estar de acordo com a legislação vigente (rdc nº. 271 de 22/09/05 - anvisa). isento de matéria terrosa, livre de umidade, isento de parasitas e fungos, coloração característica e livre de fragmentos estranhos. pó branco fino de fácil escoamento. não deve ser empedrado. rotulagem obrigatória (de acordo com a rdc nº. 360/359 de 23/12/03, rdc nº. 259 de 20/09/02, rdc nº. 123 de 13/05/04 - anvisa, lei nº. 10674/03). embalagem primária: saco plástico de polietileno atóxico contendo 1 kg do produto. embalagem secundária: sacos plásticos tipo fardo contendo 30 kg. o produto deverá apresentar data de fabricação não inferior a 80% do prazo de validade.

00006

100,00

Unidade

Descrição Detalhada: 236197 - adoçante dietético - 100% stévia. embalado em frasco plástico transparente contendo 80 ml do produto. rotulagem de acordo com as normas da anvisa. validade mínima 120 dias da data de entrega do produto.

00007

1.775,00

Unidade

Descrição Detalhada: 459077 - amido de milho - produto obtido da extração e refino do grão de milho, isento de impurezas, cor branca e ligeiramente amarelada, sem presença de grumos, odores ou sabores estranhos. produto deve seguir a legislação vigente (rdc nº263 de 22/09/2005 – anvisa e legislação complementar). não deve conter resíduos químicos proibidos, corantes ou conservantes. isento de glúten (lei nº 10.674/2003). embalagem primária: saco papel, devidamente lacrado, dentro de caixa de papelão, contendo 1000g do produto. rotulagem de acordo com a legislação vigente.

00008

23.195,00

Embalagem 01 Quilograma

Descrição Detalhada: 458908 - arroz parboilizado - grupo: parboilizado. subgrupo: polido. classe: longo fino. tipo 1. o produto deve seguir as exigências da lei federal nº. 9972/00 decreto nº. 6268 de 22/11/07 que institui a classificação de produtos vegetais. produto deve ser isento de matéria terrosa, livre de umidade - máximo de 14% - isento de parasitas e fungos, coloração característica da espécie e livre de fragmentos estranhos. rotulagem obrigatória (de acordo com a rdc nº. 360/359 de 23/12/03, rdc nº. 259 de 20/09/02, rdc nº123 de 13/05/04 – anvisa, lei nº.10674/03). embalagem primária: saco plástico de polietileno atóxico contendo 1000g do produto. embalagem secundária: saco plástico, tipo fardo contendo 30kg.

00009

3.552,00

Embalagem 01 Quilograma

Descrição Detalhada: 458904 - arroz branco - especificação: arroz branco tipo 1. grupo beneficiado. subproduto: polido, classe longo fino. tipo 1. o produto deve seguir as exigências da lei federal nº 9.972/00, decreto nº 6.268 de 22/11/07 que institui a classificação de produtos vegetais. produto deve ser isento de matéria terrosa, livre de umidade máximo de 14% - isento de parasitas e fungos, coloração característica da espécie e livre de fragmentos estranhos. rotulagem obrigatória (de acordo com a rdc nº 360/359 de 23/12/03, rdc nº 259 de 20/09/02, rdc nº 13/05/04, anvisa, lei nº 1.0674/03. embalagem primária: saco plástico de polietileno atóxico contendo 1000g. embalagem secundária: saco plástico, tipo fardo contendo 30 kg.

Estudo Técnico Preliminar

ETP nº. 2025.12.11.01

Processo Administrativo nº. 2025.12.11.01 - Compras

00010	2.045,00	embalagem 200 gr
Descrição Detalhada: 460501 - aveia em flocos finos - especificação: flocos resultante da moagem de grãos de aveia após limpeza e classificação, produzidos sob condições higiênicas tecnicamente recomendadas, livre de impurezas e microrganismos que o torne impróprio para o consumo, embalados em saco plástico e acondicionados em caixa contendo de 170 a 200g do produto. rotulagem de acordo com as normas da anvisa		
00011	21.630,00	Pacote 500 gramas
Descrição Detalhada: 479080 - farinha de milho flocada - produto obtido a partir da moagem e flocagem do grão de milho amarelo, isento de impurezas, com flocos médios e uniformes. cor amarelo-intensa, sem presença de grumos, insetos, umidade excessiva, odor ou sabor estranhos. produto não deve conter corantes, conservantes e nem aditivos químicos. embalagem primária: saco plástico atóxico, inodoro, hermeticamente fechado, contendo 500g do produto..		
00012	4.930,00	Embalagem 01 Quilograma
Descrição Detalhada: 464553 - feijão tipo carioca - tipo 1. grupo i comum, classe cores, tipo 1. o produto deve seguir as exigências da lei federal nº. 9972/00 decreto nº. 6268 de 22/11/07 que institui a classificação de produtos vegetais e in nº12 de 28/03/08 mapa. produto deve ser isento de matéria terrosa, livre de umidade – máximo de 14% - isento de parasitas e fungos, coloração característica da espécie e livre de fragmentos estranhos. rotulagem obrigatória (de acordo com a rdc nº. 360/359 de 23/12/03, rdc nº. 259 de 20/09/02, rdc nº123 de 13/05/04 – anvisa, lei nº. 10674/03). embalagem primária: saco plástico de polietileno atóxico contendo 1000g do produto.		
00013	400,00	Pacote 400g
Descrição Detalhada: 383472 - proteína texturizada de soja - especificação: proteína de soja pré-cozida e texturizada, sabor carne vermelha. produto deve seguir a legislação vigente (rdc nº 268, de 22 de setembro de 2005). embalagem primária plástica de 400 gramas (g), acondicionados em fardos. livre de impurezas. a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote e quantidade do produto. validade mínima de seis meses a partir da data de entrega.		
00014	850,00	Pacote 500 gramas
Descrição Detalhada: 480340 - Macarrão espaguete sem glúten - macarrão de arroz ou milho, sem ovos, tipo espaguete. o produto deve estar de acordo com a nta 02 e 83 (decreto 12.845/78) e portaria nº 29 de 13 de janeiro de 1998, anvisa. ingredientes: farinha de arroz ou milho, sem ovos, sem colesterol e sem glúten. características: cor, odor, sabor e textura características. embalagem primária, saco plástico hermeticamente selado, ou caixa tipo box, atóxica, resistente, rotulado de acordo com a legislação vigente. na data de entrega o produto deve dispor de no mínimo 6 meses de validade. embalagem unitária de 400g a 500g.		
00015	10.250,00	Pacote 500 gramas
Descrição Detalhada: 458951 - Macarrão espaguete - macarrão longo, fino, tipo espaguete. ingredientes básicos: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico e corante de urucum e cúrcuma. embalagem primária: saco plástico contendo de 400 a 500g do produto. rotulagem de acordo com as normas da anvisa.		
00016	1.631,00	Pacote 1000g
Descrição Detalhada: 458974 - Macarrão parafuso - especificação: parafuso comum, de boa qualidade, livre de impurezas e ausência de micro-organismos, causadores de doenças ao homem. ingredientes: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico e corantes naturais urucum e cúrcuma. com identificação do produto. embalagem atóxica, íntegra, não violada, com 500g. acondicionada em fardos plástico. registro no órgão competente. data de validade de no mínimo 6 meses, a partir da data de entrega. alérgicos: contém derivados de trigo. pode conter ovos, centeio, cevada, aveia, soja e triticale. contém glúten.		
00017	12.450,00	Embalagem 01 Quilograma
Descrição Detalhada: 446019 - Leite em pó integral enriquecido com vitaminas e minerais - produto obtido pela desidratação do leite integral de vaca, enriquecido com ferro, zinco e um complexo de, no mínimo, 10 vitaminas (a, d, e, k, c, b1, b2, b6, b12 e niacina). aparência em pó fino e homogêneo, coloração branco-amarelada, livre de grumos, umidade, odores estranhos, bolores ou qualquer alteração sensorial. solubilidade adequada em água morna ou quente, com reconstituição estável. produto deve estar em conformidade com a instrução normativa nº 62/2011 – mapa (padrões de identidade e qualidade), rdc nº 429/2020 (rotulagem nutricional), rdc nº 332/2019 (padrões microbiológicos). registro no sif ou sie obrigatório. isento de glúten, conforme lei nº 10.674/2003. não contém conservantes, aromatizantes ou corantes artificiais. embalagem primária: sachê aluminizado, atóxico, hermeticamente fechado, com 1000g. rotulagem de acordo com as normas vigentes.		

Estudo Técnico Preliminar

ETP nº. 2025.12.11.01

Processo Administrativo nº. 2025.12.11.01 - Compras

00018	220,00	Pacote 400g
Descrição Detalhada: 239861 - Leite/bebida vegetal de soja - alimento com proteína isolada de soja para dietas com restrição de lactose, adicionado de vitaminas e minerais, acondicionado em embalagem de folha de flandres ou alumínio limpa, resistente, atóxica, isenta de ferrugem, não amassada, contendo 300 a 400g de peso líquido. rotulagem de acordo com as normas da anvisa. data de validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega do produto.		
00019	4.235,00	Embalagem 01 Quilograma
Descrição Detalhada: 463532 - Cacau em pó 100% - solúvel- o cacau deve ser fabricado com matérias primas sãs e limpas, isentas de matéria terrosa, parasitas e detritos vegetais ou animais e em perfeito estado de conservação. produto homogêneo, marrom escuro com características próprias. rotulagem de acordo com as normas da anvisa. pacote com no mínimo 200 gramas. validade mínima de 6 meses. kg		
00020	6.600,00	Pacote 400g
Descrição Detalhada: 235092 - biscoito cream cracker - biscoito ou bolacha salgada tipo cream cracker. ingredientes básicos: farinha de trigo fortificada com ácido fólico e ferro, açúcar, fermentos químicos, sal, lecitina de soja. embalagem dupla de polietileno atóxico, contendo de 330 a 400g do produto. rotulagem de acordo com as normas da anvisa. validade de no mínimo 06 a 01 ano.		
00021	7.100,00	Pacote 400g
Descrição Detalhada: 232236 - biscoito tipo maria - biscoito ou bolacha doce tipo maria. ingredientes básicos: farinha de trigo fortificada com ácido fólico e ferro, açúcar, fermentos químicos, lecitina de soja. embalagem dupla de polietileno atóxico, contendo de 330 a 400g do produto. rotulagem de acordo com as normas da anvisa. validade de no mínimo 06 a 01 ano.		
00022	1.120,00	Pacote 400g
Descrição Detalhada: 627510 - biscoito tipo maria Integral sem lactose - biscoito ou bolacha doce tipo maria. ingredientes básicos: farinha de trigo fortificada com ácido fólico e ferro, açúcar, fermentos químicos, lecitina de soja, sem lactose. embalagem dupla de polietileno atóxico, contendo de 330 a 400g do produto. rotulagem de acordo com as normas da anvisa. validade de no mínimo 06 a 01 ano.		
00023	320,00	Pacote 400g
Descrição Detalhada: 294038 - Biscoito tipo água e sal sem leite- biscoito ou bolacha elaborado à base de farinha de trigo e óleos vegetais, sem adição de leite ou derivados, apresentando textura crocante, sabor suave e coloração clara, sem leite e derivados. embalagem primária plástica ou similar, atóxica, resistente e hermeticamente fechada, garantindo conservação e integridade. embalagem secundária composta por caixas de papelão resistentes, com identificação do produto, lote, prazo de validade, peso líquido e instruções de conservação. peso líquido aproximadamente 400g. produto em conformidade com a rdc nº 429/2020 e demais legislações aplicáveis.		
00024	320,00	Pacote 400g
Descrição Detalhada: 232144 - biscoito tipo maria sem leite- produto obtido a partir da farinha de trigo, açúcar e amido, isento de leite e derivados. apresenta textura crocante, coloração clara e sabor adocicado característico. embalagem primária plástica ou similar, atóxica, resistente e hermeticamente fechada, garantindo conservação e integridade. embalagem secundária composta por caixas de papelão resistentes, com identificação do produto, lote, prazo de validade, peso líquido e instruções de conservação. peso líquido aproximadamente 400g. produto em conformidade com a rdc nº 429/2020 e demais legislações aplicáveis.		
00025	320,00	Pacote 400g
Descrição Detalhada: 402158 - biscoito tipo cream cracker sem leite - produto obtido da farinha de trigo e óleos vegetais, sem adição de leite ou derivados. apresenta textura crocante, sabor salgado característico e coloração dourada uniforme. embalagem primária plástica ou similar, atóxica, resistente e hermeticamente fechada, garantindo conservação e integridade. embalagem secundária composta por caixas de papelão resistentes, com identificação do produto, lote, prazo de validade, peso líquido e instruções de conservação. peso líquido aproximadamente 400g. produto em conformidade com a rdc nº 429/2020 e demais legislações aplicáveis.		
00026	3.310,00	Pacote 500 gramas
Descrição Detalhada: 617307 - pão massa fina vitaminado - pão massa fina tipo hot-dog enriquecido com vitaminas. ingredientes básicos: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, água, açúcar, fermento biológico, melhorador de farinha, composto lácteo, sal, multi vitaminas pp (nicotinamida), vitaminas b6, b2 e b1 e ferro. conservador propionato de cálcio. embalado em saco plástico transparente de polietileno atóxico contendo 500g do produto (10 unidades). rotulagem de acordo com as normas da anvisa.		

Estudo Técnico Preliminar

ETP nº. 2025.12.11.01

Processo Administrativo nº. 2025.12.11.01 - Compras

00027	9.250,00	Embalagem 01 Quilograma
Descrição Detalhada: 617131 - Carne suína congelada em cubos (pernil) - carne suína processada, congelada, em cubos de aproximadamente 50g. aparência própria da espécie, não amolecida nem pegajosa, textura macia, aroma e sabor cárneo. embalada à vácuo termo formável, em filme de alta barreira contendo 1000g do produto. rotulagem de acordo com as exigências de registros no ministério da saúde/mapa. produto com registro do serviço de inspeção/mapa (sif) ou equivalente estadual (sie). validade mínima de 06 (seis) meses da data de entrega.		
00028	8.250,00	Embalagem 01 Quilograma
Descrição Detalhada: 448169 - Carne bovina em iscas congelada - carne bovina obtida do músculo bovino cortada em iscas, com gordura máxima 15% e água 3% no máximo. embalada à vácuo termo formável, em filme de alta barreira contendo 1000g do produto. aspecto não pegajoso. cor vermelha sem manchas esverdeadas e odor característico. produto deve seguir a legislação vigente e ter registro do serviço de inspeção/mapa (sif) ou equivalente estadual (sie). rotulagem obrigatória (rdc nº.360/359 de 23/12/03, rdc nº.259 de 20/09/02, rdc nº.123 de 13/05/04 e in nº 83 anexo ii de 21/11/03, lei nº10.674).		
00029	4.820,00	Embalagem 01 Quilograma
Descrição Detalhada: 447498 - carne bovina almôndega congelada (músculo) - carne bovina, congelada, em formato de almôndega com aproximadamente 50g, obtida do músculo bovino, com gordura máxima 15% e água 3% no máximo. embalada à vácuo termo formável, em filme de alta barreira contendo 1000g do produto. aspecto não pegajoso. cor vermelha sem manchas esverdeadas e odor característico. produto deve seguir a legislação vigente e ter registro do serviço de inspeção/mapa (sif) ou equivalente estadual (sie). rotulagem obrigatória (rdc nº.360/359 de 23/12/03, rdc nº.259 de 20/09/02, rdc nº.123 de 13/05/04 e in nº 83 anexo ii de 21/11/03, lei nº10.674).		
00030	9.340,00	Embalagem 01 Quilograma
Descrição Detalhada: 454336 - Carne bovina moída congelada (músculo) - carne bovina moída obtida do músculo bovino, com gordura máxima 15% e água 3% no máximo. embalada à vácuo termo formável, em filme de alta barreira contendo 1000g do produto. aspecto não pegajoso. cor vermelha sem manchas esverdeadas e odor característico. produto deve seguir a legislação vigente e ter registro do serviço de inspeção/mapa (sif) ou equivalente estadual (sie). rotulagem obrigatória (rdc nº.360/359 de 23/12/03, rdc nº.259 de 20/09/02, rdc nº.123 de 13/05/04 e in nº 83 anexo ii de 21/11/03, lei nº10.674).		
00031	11.250,00	Embalagem 01 Quilograma
Descrição Detalhada: 447618 - Filé de frango - corte de frango em filé tipo "sassami" congelado. produto deve seguir a legislação vigente (portaria nº210 de 10/11/98 do sda/dipoa). registro do sif. aspecto firme, não amolecido e nem pegajoso. cor amarelo-rosado sem escurecimento ou manchas esverdeadas e odor característico. rotulagem obrigatória (rdc nº.360/359 de 23/12/03, rdc nº.259 de 20/09/02, rdc nº.123 de 13/05/04 e portaria nº 210 de 10/11/98 mapa, lei nº10.674). embalagem primária: em sacos de polietileno atóxico contendo 1000g do produto.		
00032	1.000,00	Embalagem 01 Quilograma
Descrição Detalhada: 463937 - Colorífico - ingredientes: urucum e óleo vegetal sem adição de sal. (rdc nº. 276 de 22/09/05 - anvisa). produto com aspecto de pó fino, cor alaranjada, odor e sabor próprio. rotulagem obrigatória (de acordo com a rdc nº. 360/359 de 23/12/03, rdc nº. 259 de 20/09/02, rdc nº123 de 13/05/04 – anvisa, lei nº. 10674/03). embalagem primária: polietileno atóxico contendo 100g do produto.		
00033	4.845,00	Unidade
Descrição Detalhada: 463692 - Óleo de soja refinado - produto deve seguir a legislação vigente (rdc nº. 270 de 22/09/05 – anvisa). aspecto límpido e isento de impurezas. cor e odor característicos. rotulagem obrigatória (de acordo com a rdc nº. 360/359 de 23/12/03, rdc nº. 259 de 20/09/02, rdc nº123 de 13/05/04 – anvisa, lei nº.10674/03). embalagem primária: de garrafa plástica tipo pet atóxica contendo 900ml do produto.		
00034	2.360,00	Embalagem 01 Quilograma
Descrição Detalhada: 448219 - Sal refinado - iodado. embalagem primária: saco plástico contendo 1000g do produto, inviolada, não furada, livre de insetos, umidade, microrganismos ou outras impurezas que venham a comprometer o armazenamento e a saúde humana. rotulagem de acordo com a legislação vigente.		
00035	5.050,00	Unidade
Descrição Detalhada: 486402 - Suco concentrado de caju -sabor caju - elaborado a partir do suco natural da fruta caju selecionados,		

Estudo Técnico Preliminar

ETP nº. 2025.12.11.01

Processo Administrativo nº. 2025.12.11.01 - Compras

submetido a processo industrial de concentração por remoção parcial de água, com ou sem adição de acidulantes, antioxidantes e estabilizantes permitidos pela legislação vigente. deve manter as características sensoriais típicas da fruta de origem. produto homogêneo, sem separação de fases, livre de resíduos estranhos, sinais de fermentação, bolores ou odores anormais. classificado como suco concentrado, conforme definido pela resolução rdc nº 272/2005 – anvisa e instrução normativa nº 37/2018 – mapa. pode conter até 1g/100ml de açúcares naturais ou adicionados, desde que declarado em rótulo, obedecendo à rdc nº 54/2012. não se aplica a bebidas tipo néctar ou refresco. a reconstituição deve obedecer às orientações do fabricante, garantindo valor nutricional adequado após diluição. pode ser enriquecido com vitaminas e minerais (opcional). embalagem primária: garrafa pet, resistente e hermeticamente fechado, contendo 500ml produto.

00036

4.350,00

Unidade

Descrição Detalhada: 389792 - Suco concentrado sabor goiaba- elaborado a partir do suco natural da fruta goiaba selecionadas, submetido a processo industrial de concentração por remoção parcial de água, com ou sem adição de acidulantes, antioxidantes e estabilizantes permitidos pela legislação vigente. deve manter as características sensoriais típicas da fruta de origem. produto homogêneo, sem separação de fases, livre de resíduos estranhos, sinais de fermentação, bolores ou odores anormais. classificado como suco concentrado, conforme definido pela resolução rdc nº 272/2005 – anvisa e instrução normativa nº 37/2018 – mapa. pode conter até 1g/100ml de açúcares naturais ou adicionados, desde que declarado em rótulo, obedecendo à rdc nº 54/2012. não se aplica a bebidas tipo néctar ou refresco. a reconstituição deve obedecer às orientações do fabricante, garantindo valor nutricional adequado após diluição. pode ser enriquecido com vitaminas e minerais (opcional). embalagem primária: garrafa pet, resistente e hermeticamente fechado, contendo 500ml produto.

00037

640,00

Unidade

Descrição Detalhada: 217096 - Vinagre de álcool - fermentação acética de mistura hidro alcoólica originária do álcool etílico. cor característica com a origem dos componentes da matéria-prima e nutrientes. aroma acético. rotulagem obrigatória (de acordo com a rdc nº. 360/359 de 23/12/03, rdc nº. 259 de 20/09/02, rdc nº123 de 13/05/04 – anvisa, lei nº.10674/03). embalagem primária: garrafa plástica tipo pet atóxica contendo 500ml do produto.

00038

4.200,00

Pacote 250g

Descrição Detalhada: 606523 - Café Apresentação: Torrado Moído, Tipo: Único, Torrefação: Ponto De Torra Média.

9 -Estimativa do valor da contratação (Art. 18, §1º, VI)

O setor competente da Secretaria de Administração realizará pesquisas de preços conforme orientações da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 54/2023 para a estimativa do valor da contratação.

O custo estimado da contratação possuirá caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

Abaixo estão as justificativas para a utilização do sigilo do orçamento estimado da contratação:

* Princípio da Competitividade e Eficiência: A Lei nº 14.133/2021 busca promover a concorrência e eficiência nas licitações; ocultar os preços estimados até a fase de lances incentiva maior participação de licitantes, resultando em propostas mais competitivas.

* Estratégia de Negociação: Manter os preços estimados ocultos permite que a Administração conduza negociações mais eficazes durante a fase de lances; ajustes nos preços, prazos ou outras condições podem ser realizadas para obter melhores propostas.

* Prevenção de Conluio e Formação de Cartéis: a divulgação prévia dos preços estimados pode facilitar acordos entre licitantes, prejudicando a concorrência; ocultar esses valores até a fase de lances dificulta a coordenação indevida entre participantes.

* Flexibilidade e Adaptação às Circunstâncias: em situações excepcionais, como mudanças no mercado, a Administração pode precisar ajustar os preços estimados; manter esses valores ocultos permite maior flexibilidade para reavaliar e adaptar as estimativas conforme necessário.

* Sigilo Comercial e Estratégico: proteger os preços estimados até a fase de lances respeita o sigilo comercial e estratégico das licitantes.

Vale mencionar que o sigilo não é absoluto e, na prática, funciona como uma "publicidade diferida", estará disponível permanentemente aos órgãos de controle externo e interno sendo tornado público apenas e imediatamente após a classificação final e fase de negociação, sem prejuízo da divulgação no instrumento convocatório do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, conforme especifica o art. 56 do Decreto Municipal nº 54/2023

10 - Justificativa para o (não) parcelamento da solução (Art. 18, §1º, VIII)

O parcelamento do objeto da contratação em grupos de itens similares e de mesma categoria constitui medida tecnicamente recomendável e juridicamente adequada, tendo por finalidade ampliar a competitividade do certame, promover a economicidade e assegurar maior eficiência na execução contratual, em consonância com os princípios previstos na Lei nº 14.133/2021 e com as diretrizes de planejamento estabelecidas no Decreto Municipal nº 54/2023.

ETP nº. 2025.12.11.01

Relatório emitido por: GoverLance

Página 9 de 12

Estudo Técnico Preliminar

ETP nº. 2025.12.11.01

Processo Administrativo nº. 2025.12.11.01 - Compras

A decisão pelo parcelamento fundamenta-se, inicialmente, na natureza heterogênea dos gêneros alimentícios que compõem a alimentação escolar, os quais apresentam características distintas quanto à forma de armazenamento, transporte, prazo de validade, frequência de entrega e cadeia logística. Dessa forma, a divisão em grupos homogêneos — tais como gêneros não perecíveis, perecíveis (proteínas e refrigerados), hortifrutigranjeiros e panificação permite melhor adequação das exigências contratuais às especificidades de cada categoria de produto.

Sob o aspecto técnico-operacional, o parcelamento possibilita que fornecedores especializados participem apenas dos grupos compatíveis com sua capacidade logística e operacional, evitando a concentração do objeto em um único fornecedor que, eventualmente, não detenha expertise em todos os segmentos. Isso amplia significativamente a competitividade do certame, favorecendo a participação de microempresas, empresas de pequeno porte, e fornecedores locais.

Do ponto de vista econômico, o parcelamento contribui para a obtenção de propostas mais vantajosas, uma vez que permite maior concorrência por grupo de itens, reduzindo o risco de sobrepreço decorrente de eventual restrição de mercado. Além disso, possibilita à Administração comparar preços de forma mais precisa entre fornecedores especializados, aumentando a eficiência na alocação dos recursos públicos.

Importante destacar que o parcelamento adotado não compromete a economia de escala da contratação, uma vez que os agrupamentos foram estruturados de forma a manter volumes compatíveis com o mercado fornecedor, preservando a atratividade econômica dos grupos e evitando fragmentação excessiva que pudesse inviabilizar a participação de licitantes. Ao contrário, a divisão equilibrada em grupos permite conjugar escala com especialização, resultando em maior eficiência global da contratação.

Sob a ótica da gestão contratual, o parcelamento também se mostra vantajoso, pois permite controle mais efetivo da execução, com fiscalização específica por categoria de produto, possibilitando maior rigor na verificação da qualidade, condições sanitárias e cumprimento das obrigações contratuais. Ademais, reduz riscos de desabastecimento, uma vez que eventuais falhas em um grupo não comprometem integralmente o fornecimento da merenda escolar.

Ressalta-se, ainda, que a solução adotada observa o princípio do parcelamento do objeto previsto na legislação, segundo o qual a divisão deve ser realizada sempre que técnica e economicamente viável, visando ampliar a competitividade sem prejuízo da eficiência administrativa.

Dessa forma, conclui-se que o parcelamento da solução em grupos de itens similares mostra-se plenamente justificado sob os aspectos técnico, econômico e operacional, constituindo estratégia adequada para garantir a seleção da proposta mais vantajosa, assegurar a qualidade do fornecimento e promover maior eficiência na execução da política pública de alimentação escolar no Município de São Benedito/CE

11 - Contratações correlatas e/ou interdependentes (Art. 18, §1º, XI)

A presente contratação, voltada à aquisição de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar do Município de São Benedito/CE, guarda relação direta e indireta com outras contratações já realizadas, em andamento ou previstas no planejamento administrativo, especialmente no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e áreas correlatas.

Inicialmente, destaca-se como contratação correlata a realização de chamadas públicas para aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar, conforme exigência legal do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Essa contratação possui natureza complementar à presente licitação, uma vez que parte dos itens do cardápio escolar deve, obrigatoriamente, ser suprida por meio da agricultura familiar, enquanto os demais gêneros são adquiridos via processo licitatório. Ambas as contratações devem ser planejadas de forma integrada, evitando sobreposição de itens e garantindo adequada distribuição dos quantitativos.

Também se identificam como contratações correlatas aquelas destinadas à aquisição de materiais de consumo utilizados no preparo e distribuição da merenda escolar, tais como utensílios de cozinha, gás de cozinha (GLP), materiais de limpeza e higiene, bem como eventuais contratações de serviços de manutenção de equipamentos de cozinha escolar. Tais aquisições são indispensáveis para a adequada execução da política de alimentação escolar, embora não componham diretamente o objeto desta contratação.

No campo das contratações interdependentes, destaca-se a eventual contratação de serviços de transporte e logística, quando necessários para viabilizar a distribuição dos gêneros alimentícios às unidades escolares, especialmente na zona rural do Município. Embora, em regra, o fornecimento contemple a entrega pelo próprio fornecedor, a Administração pode demandar apoio logístico complementar, o que exige alinhamento entre as contratações para evitar descontinuidade no abastecimento.

Adicionalmente, há interdependência com contratos relacionados à gestão da alimentação escolar, como aqueles voltados à contratação de profissionais (merendeiras, nutricionistas, quando terceirizados), sistemas de controle de estoque ou ferramentas de gestão da merenda escolar, os quais contribuem para o adequado planejamento, controle e execução do objeto contratado.

Importante mencionar que a presente contratação deve observar o Plano de Contratações Anual – PCA do Município, garantindo alinhamento com as demais aquisições previstas e evitando fracionamento indevido de despesas ou duplicidade de objetos, em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 54/2023.

Ressalta-se que o adequado mapeamento dessas contratações correlatas e interdependentes permite à Administração otimizar recursos, aproveitar possíveis economias de escala, promover maior eficiência logística e evitar inconsistências no planejamento, assegurando maior coerência e efetividade na execução das políticas públicas relacionadas à alimentação escolar.

Dessa forma, conclui-se que a presente contratação não ocorre de forma isolada, mas integra um conjunto articulado de ações administrativas, cujo alinhamento é essencial para o pleno atendimento do interesse público e para o sucesso da execução contratual

Estudo Técnico Preliminar

ETP nº. 2025.12.11.01

Processo Administrativo nº. 2025.12.11.01 - Compras

12 - Resultados pretendidos (Art. 18, §1º, IX)

A presente contratação tem como objetivo alcançar resultados concretos e mensuráveis no âmbito da execução da política pública de alimentação escolar do Município de São Benedito/CE, assegurando não apenas o fornecimento de gêneros alimentícios, mas a efetiva promoção da segurança alimentar e nutricional dos alunos da rede pública municipal de ensino.

Como benefício direto, espera-se garantir o fornecimento contínuo, regular e qualitativamente adequado da merenda escolar, em conformidade com as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, assegurando que todos os alunos atendidos recebam alimentação balanceada, nutritiva e segura durante o período letivo. Tal resultado impacta diretamente a melhoria do rendimento escolar, a redução da evasão e o fortalecimento das condições de aprendizagem.

Sob o aspecto da eficiência administrativa, a contratação pretende promover o aprimoramento da gestão dos recursos públicos, por meio de planejamento adequado das aquisições, fornecimento parcelado e controle sistemático dos estoques, reduzindo desperdícios, evitando aquisições emergenciais e garantindo maior racionalidade na utilização dos recursos financeiros disponíveis, em consonância com os princípios da economicidade e do planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

No que se refere à eficácia, busca-se assegurar que os gêneros alimentícios adquiridos atendam integralmente às especificações técnicas e nutricionais definidas pela Administração, permitindo a execução fiel dos cardápios escolares elaborados por profissional nutricionista, garantindo, assim, o atingimento dos objetivos nutricionais estabelecidos para cada faixa etária atendida.

Adicionalmente, a contratação pretende proporcionar melhoria na qualidade dos produtos fornecidos às unidades escolares, com rigor no controle sanitário, nas condições de transporte e armazenamento, refletindo diretamente na segurança alimentar dos alunos e na confiabilidade do serviço público prestado à sociedade.

No campo da gestão contratual, espera-se maior controle e transparência na execução, com definição clara de padrões de qualidade, prazos de entrega e critérios de aceitação dos produtos, possibilitando atuação mais eficiente dos fiscais de contrato e redução de riscos de inadimplemento contratual.

Quanto aos impactos ambientais positivos, busca-se incentivar a aquisição de produtos com menor grau de processamento, redução de embalagens excessivas, priorização de fornecedores que adotem práticas sustentáveis e estímulo à produção local, contribuindo para diminuição da pegada logística e redução de resíduos, em conformidade com as boas práticas de contratações sustentáveis.

Por fim, a clareza dos resultados pretendidos permitirá o adequado delineamento dos critérios de medição e aceitação dos produtos no Termo de Referência, possibilitando a definição objetiva dos níveis de qualidade esperados e das condições de pagamento, assegurando maior segurança jurídica e efetividade na execução contratual.

Dessa forma, a contratação almeja não apenas suprir a demanda por gêneros alimentícios, mas promover ganhos estruturais na gestão da alimentação escolar, elevando o padrão de qualidade do serviço público prestado, garantindo eficiência na aplicação dos recursos e atendendo plenamente ao interesse público envolvido

13 - Providências a serem tomadas previamente ao contrato (Art. 18, §1º, X)

Para a efetiva realização do objeto proposto, serão adotadas providências administrativas e legais que assegurem a regularidade, a transparência e a economicidade do processo de contratação, em conformidade com os dispositivos da Lei nº 14.133/2021 e demais normativos pertinentes. Inicialmente, a área demandante, por meio dos documentos de formação de demanda e por meio deste Estudo Técnico Preliminar (ETP), apresenta a justificativa da necessidade da contratação, acompanhada da descrição da solução, dos requisitos, do levantamento de mercado, da indicação dos resultados pretendidos e das contratações correlatas ou interdependentes, elementos que fundamentarão a elaboração do Termo de Referência, documento essencial para a modelagem da licitação.

Em seguida, será providenciada a abertura formal do processo administrativo de contratação, com a instrução de todas as peças obrigatórias, incluindo a aprovação do ETP pela autoridade competente, a juntada da pesquisa de preços e a análise jurídica, a fim de garantir que o certame seja conduzido de forma legal e eficiente. A modalidade a ser utilizada será o pregão eletrônico, considerando a natureza técnica do objeto e a vantajosidade do modelo competitivo.

O pregoeiro oficial do município ficará responsável por conduzir o processo licitatório, com apoio da equipe de planejamento da contratação e dos setores técnico e jurídico, assegurando a observância dos princípios da impessoalidade, ampla concorrência e seleção da proposta mais vantajosa. Concluído o certame e firmado o contrato, caberá à Secretaria Contratante emitir as ordens de fornecimento e acompanhar a execução contratual por meio do fiscal e gestor designados, garantindo o cumprimento das cláusulas contratuais, o atingimento dos resultados esperados e a avaliação contínua do desempenho da contratada.

Por fim, ao término do contrato, será realizada avaliação final da execução, com base nos resultados obtidos, nos indicadores de desempenho e na efetividade das ações desenvolvidas, a fim de subsidiar futuras contratações e garantir a adequada prestação de contas à sociedade e aos órgãos de controle. Essas providências, articuladas e documentadas, asseguram que a contratação ocorra dentro dos parâmetros legais, com foco em eficiência, qualidade e interesse público

14 - Impactos ambientais e tratamentos (Art. 18, §1º, XII)

A contratação para aquisição de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar do Município de São Benedito/CE, embora essencial à execução de política pública de relevante interesse social, pode gerar determinados impactos ambientais ao longo de sua cadeia de fornecimento, abrangendo desde a produção, transporte, armazenamento até o consumo final dos produtos. Nesse contexto,

Estudo Técnico Preliminar

ETP nº. 2025.12.11.01

Processo Administrativo nº. 2025.12.11.01 - Compras

torna-se indispensável a identificação desses impactos e a definição de medidas mitigadoras, em consonância com as diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e com os princípios do desenvolvimento nacional sustentável previstos na Lei nº 14.133/2021.

Dentre os principais impactos ambientais potenciais, destaca-se inicialmente a geração de resíduos sólidos, especialmente provenientes de embalagens plásticas, papelão e materiais descartáveis utilizados no acondicionamento e transporte dos gêneros alimentícios. Tal impacto pode ser intensificado em razão da frequência de entregas e da diversidade de produtos adquiridos.

Outro impacto relevante refere-se à emissão de gases poluentes decorrentes do transporte dos produtos, sobretudo quando há necessidade de deslocamentos de longas distâncias entre fornecedores e as unidades escolares, contribuindo para o aumento da pegada de carbono associada à contratação.

No caso de produtos de origem animal e hortifrutigranjeiros, há ainda impactos indiretos relacionados aos processos produtivos, como consumo de recursos naturais (água, solo e energia), uso de insumos agrícolas e possíveis práticas não sustentáveis na cadeia de produção.

Adicionalmente, o armazenamento inadequado e o desperdício de alimentos podem gerar impactos ambientais significativos, tanto pelo descarte de resíduos orgânicos quanto pelo desperdício de recursos empregados na produção desses alimentos.

Diante desses impactos potenciais, a Administração adotará medidas de mitigação e boas práticas sustentáveis, tais como:

- Priorização de produtos com menor nível de processamento e embalagens reduzidas, recicláveis ou biodegradáveis, sempre que possível, contribuindo para a diminuição da geração de resíduos;
- Exigência de boas práticas de transporte e armazenamento, incluindo o uso adequado de embalagens reutilizáveis e controle logístico eficiente, minimizando perdas e desperdícios;
- Promoção do consumo consciente nas unidades escolares, com orientação quanto ao aproveitamento integral dos alimentos e redução de desperdícios;
- Incentivo à destinação ambientalmente adequada dos resíduos, incluindo práticas de coleta seletiva e, quando possível, compostagem de resíduos orgânicos;
- Preferência por fornecedores que adotem práticas sustentáveis em seus processos produtivos, ainda que de forma gradativa, alinhando a contratação às diretrizes de sustentabilidade pública.

Importante ressaltar que, em razão da natureza do objeto não é possível eliminar integralmente os impactos ambientais associados, contudo, as medidas adotadas são suficientes para reduzi-los de forma significativa, sem comprometer a eficiência e a viabilidade da contratação.

Dessa forma, a contratação foi planejada de modo a equilibrar a necessidade de atendimento ao interesse público com a responsabilidade ambiental, incorporando práticas sustentáveis compatíveis com o objeto, contribuindo para a promoção do desenvolvimento sustentável e para a melhoria contínua das contratações públicas no âmbito municipal


15 - Viabilidade (ou não) da contratação (Art. 18, §1º, XIII)

Com base nos elementos anteriores do presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) realizados por esta Equipe de Planejamento, DECLARAMOS que a contratação proposta pela unidade requisitante tem viabilidade técnica e econômica

16 - RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO

Portaria da Equipe nº: 079/2025 - ADM.

Descrição: Equipe de Planejamento - Prefeitura Municipal de São Benedito



Nome: Audisnei Alcântara de Moraes

Descrição do Agente: Agente de Planejamento

Matrícula: 079/2025



Nome: Francisca Angelica Fonteles Araújo

Descrição do Agente: Agente de Planejamento

Matrícula: 080/2025

Mapa de Gerenciamento de Riscos

Processo Administrativo do MR nº. 2025.12.11.01 - Compras

1 - Informações Básicas

Local: São Benedito

Data: 11 de dezembro de 2025.

COD. UASG: 981547

Fundamentação Legal:

Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal 54/2021

2 - Objeto do Mapa de Riscos

Aquisição de gêneros alimentícios (Merenda Escolar) destinados ao atendimento do cardápio da alimentação escolar do Município de São Benedito-CE, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

3 - Riscos Identificados

R-01 - Descrição do Risco:

R-01. PESQUISA DE PREÇOS INSUFICIENTE OU DESATUALIZADA

I - Características do Risco

Probabilidade	Impacto	Nível do Risco (P x I)	Fase	Alocado para
2	X	4	Planejamento	Administração

I.1 - Impactos

Estimativa inadequada do valor da contratação e risco de sobrepreço

I.2 - Causas Internas (I) e Causas Externas (E) Externa

Nº. Causa Descrição

C-01 - I Levantamento insuficiente de preços locais e regionais

II - Ações Preventivas (AP) e Ações de Contingência (AC)

Nº. Ação	Setor Responsável	Descrição da Ação
AP-01	Equipe de Planejamento	Equipe de Planejamento
AC-01	Autoridade Competente	Autoridade Competente

		Realizar pesquisa ampla de preços
		Revisar orçamento estimado

R-02 - Descrição do Risco:

R-02. QUANTITATIVOS ESTIMADOS INCORRETOS

I - Características do Risco

Probabilidade	Impacto	Nível do Risco (P x I)	Fase	Alocado para
---------------	---------	------------------------	------	--------------

ETP nº. 2025.12.11.01

Relatório emitido por: GoverLance

Página 1 de 6

Mapa de Gerenciamento de Riscos

Processo Administrativo do MR nº. 2025.12.11.01 - Compras

1

X

4

Planejamento

Administração

I.1 - Impactos

Falta de alimentos ou excesso com desperdício

I.2 - Causas Internas (I) e Causas Externas (E) Externa

Nº. Causa Descrição

C-01 - I Erro na consolidação de matrículas e consumo per capita

II - Ações Preventivas (AP) e Ações de Contingência (AC)

Nº. Ação	Setor Responsável	Descrição da Ação
AP-01	Autoridade Competente	Atualizar dados de alunos
AC-01	Autoridade Competente	Promover ajuste quantitativo

R-03 - Descrição do Risco:

R-03. PROCESSO DESERTO OU FRACASSADO

I - Características do Risco

Probabilidade	Impacto	Nível do Risco (P x I)	Fase	Alocado para
1	X	5	Seleção do Fornecedor	Administração

I.1 - Impactos

Atraso no fornecimento da merenda escolar

I.2 - Causas Internas (I) e Causas Externas (E) Externa

Nº. Causa Descrição

C-01 - E Baixo interesse dos fornecedores

II - Ações Preventivas (AP) e Ações de Contingência (AC)

Nº. Ação	Setor Responsável	Descrição da Ação
AP-01	Pregoeiro/Agente de Contrata	Divulgar amplamente o edital
AC-01	Pregoeiro/Agente de Contrata	Republicar a chamada pública

R-04 - Descrição do Risco:

R-04. DOCUMENTAÇÃO IRREGULAR DOS PROPONENTES

I - Características do Risco

Probabilidade	Impacto	Nível do Risco (P x I)	Fase	Alocado para
2	X	4	Seleção do Fornecedor	Contratada

I.1 - Impactos

Mapa de Gerenciamento de Riscos

Processo Administrativo do MR nº. 2025.12.11.01 - Compras

Inabilitações e atraso no certame

I.2 - Causas Internas (I) e Causas Externas (E) Externa

Nº. Causa	Descrição
-----------	-----------

C-01 - E	Apresentação incompleta da documentação exigida
----------	---

II - Ações Preventivas (AP) e Ações de Contingência (AC)

Nº. Ação	Setor Responsável	Descrição da Ação
----------	-------------------	-------------------

AP-01	Pregoeiro/Agente de Contratação	Exigir documentação mínima necessária, sem comprometer a segurança da contratação
-------	---------------------------------	---

AC-01	Pregoeiro/Agente de Contratação	Convocar remanescentes
-------	---------------------------------	------------------------

R-05 - Descrição do Risco:

R-05. ENTREGA DE PRODUTOS EM DESCONFORMIDADE

I - Características do Risco

Probabilidade	Impacto	Nível do Risco (P x I)	Fase	Alocado para	
3	X	4	Alto	Gestão de Contrato	Contratada

I.1 - Impactos

Recebimento de alimentos impróprios ou fora do padrão

I.2 - Causas Internas (I) e Causas Externas (E) Externa

Nº. Causa	Descrição
-----------	-----------

C-01 - E	Falhas no acondicionamento e transporte dos produtos
----------	--

II - Ações Preventivas (AP) e Ações de Contingência (AC)

Nº. Ação	Setor Responsável	Descrição da Ação
----------	-------------------	-------------------

AP-01	Fiscal de Contrato	Conferir qualidade no recebimento
-------	--------------------	-----------------------------------

AC-01	Fiscal de Contrato	Exigir substituição imediata
-------	--------------------	------------------------------

R-06 - Descrição do Risco:

R-06. ATRASO NAS ENTREGAS

I - Características do Risco

Probabilidade	Impacto	Nível do Risco (P x I)	Fase	Alocado para	
2	X	4	Alto	Gestão de Contrato	Contratada

I.1 - Impactos

Interrupção parcial do cardápio escolar

Mapa de Gerenciamento de Riscos

Processo Administrativo do MR nº. 2025.12.11.01 - Compras

I.2 - Causas Internas (I) e Causas Externas (E) Externa

Nº. Causa	Descrição
-----------	-----------

C-01 - E	Problemas logísticos no transporte e entrega
----------	--

II - Ações Preventivas (AP) e Ações de Contingência (AC)

Nº. Ação	Setor Responsável	Descrição da Ação
----------	-------------------	-------------------

AP-01	Gestor do Contrato	Definir cronograma de entregas
AC-01	Gestor do Contrato	Ajustar cardápio temporariamente

R-07 - Descrição do Risco:

R-07. DESCUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS DE PRODUTO

I - Características do Risco

Probabilidade	Impacto	Nível do Risco (P x I)	Fase	Alocado para
2	X	3	Gestão de Contrato	Contratada

I.1 - Impactos

Recebimento e utilização de produto diferente da especificação solicitada

I.2 - Causas Internas (I) e Causas Externas (E) Externa

Nº. Causa	Descrição
-----------	-----------

C-01 - E	Entrega de produto diferente da especificação solicitada
----------	--

II - Ações Preventivas (AP) e Ações de Contingência (AC)

Nº. Ação	Setor Responsável	Descrição da Ação
----------	-------------------	-------------------

AP-01	Fiscal de Contrato	Conferir produtos no ato da entrega
AC-01	Fiscal de Contrato	Glosar item irregular e solicitar substituição

R-08 - Descrição do Risco:

R-08. ATRASO NO PAGAMENTO AO FORNECEDOR

I - Características do Risco

Probabilidade	Impacto	Nível do Risco (P x I)	Fase	Alocado para
2	X	4	Gestão de Contrato	Administração

I.1 - Impactos

Descontinuidade do fornecimento

I.2 - Causas Internas (I) e Causas Externas (E) Externa

Nº. Causa	Descrição
-----------	-----------

Mapa de Gerenciamento de Riscos

Processo Administrativo do MR nº. 2025.12.11.01 - Compras

C-01 - I Morosidade no fluxo interno de liquidação e pagamento

II - Ações Preventivas (AP) e Ações de Contingência (AC)

Nº. Ação	Setor Responsável	Descrição da Ação
AP-01	Gestor do Contrato	Atestar notas tempestivamente
AC-01	Autoridade Competente	Priorizar pagamentos pendentes

4 - Equipe responsável pela elaboração

Portaria da Equipe nº: 079/2025 - ADM.

Descrição: Equipe de Planejamento - Estudo Técnico Preliminar

Audisnei Alcântara de Moraes
Nome: Audisnei Alcântara de Moraes

Descrição do Agente: Agente de Planejamento

Matrícula: 079/2025

Francisca Angelica Fonteles Araújo
Nome: Francisca Angelica Fonteles Araújo

Descrição do Agente: Agente de Planejamento

Matrícula: 080/2025

Mapa de Gerenciamento de Riscos

Processo Administrativo do MR nº. 2025.12.11.01 - Compras

5 - Diagrama de cálculo de riscos (5 colunas) - "Mapa de Calor" (Anexo - I)

Legenda Nível de Risco		Probabilidade				
Impacto	Extremo	1	2	3	4	5
	Alto	Muito Baixa	Baixa	Média	Alta	Muito Alta
	Médio					
	Baixo					
		5	10	15	20	25
	Muito Alto	5	10	15	20	25
	4	4	8	12	16	20
	Alto	4	8	12	16	20
	3	3	6	9	12	15
	Médio	3	6	9	12	15
	2	2	4	6	8	10
	Baixo	2	4	6	8	10
	1	1	2	3	4	5
	Muito Baixo	1	2	3	4	5

Obs.: O "mapa de calor" em gestão de riscos é uma ferramenta que apresenta o resultado visual da matriz de eventos de riscos em função da relação combinada da probabilidade e do impacto de cada evento. Assim, a multiplicação dos indicadores que aferem a probabilidade por aqueles que medem o impacto de um evento de risco resultam na aferição da severidade de um determinado risco (baixo, médio ou alto, por exemplo).



MINUTA DO CONTRATO

PREGÃO - ELETRÔNICO

Lei 14.133/2021, Art. 28, I

**MINUTA DE CONTRATO
MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO/CE
Secretaria Municipal de Educação**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO/CE, POR INTERMÉDIO DO(A) E

O MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO/CE por intermédio do(a) CT_QUALIF_CONTRATANTE, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) CT_QUALIF_CONTRATADA, doravante designado CONTRATADO, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 2025.12.11.01, Pregão Eletrônico nº 90014/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é **CT_OBJETO**.

1.2. As especificações, unidades de medida, quantitativos, valores unitários e valores totais dos itens que compõem o objeto do presente Contrato encontram-se detalhadamente descritos no Anexo I, que integra este instrumento para todos os fins de direito, independentemente de transcrição.

1.2.1. O Anexo I constitui parte indissociável deste Contrato, prevalecendo suas disposições para a execução do objeto contratado, vedada qualquer alteração de especificações, quantidades ou valores sem a devida formalização por termo aditivo, nos termos da legislação vigente aplicável às contratações públicas

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência / Projeto Básico;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação será de 180 (cento e oitenta) dias, contado da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021. O prazo de vigência poderá ser prorrogado quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de CT_VALOR_TOTAL CT_VALOR_TOTAL_EX.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos ou executados.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data da orçamentação, em **26/03/2026**.

7.2. Após o interregno de um ano, e conforme acordo entre as partes, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a



aplicação, pelo contratante, do **Índice para Contratos de Bens comuns: Índice(s): (INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor (Tipo: Geral) - Principal: Sim | IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (Tipo: Geral) - Principal: Não) - (Bens comuns) Justificativa: O INPC mede a variação de preços para famílias com renda de 1 a 5 salários mínimos, abrangendo os itens de consumo mais básicos e de ampla circulação no mercado. Em contratos de bens comuns, onde os insumos são predominantemente produtos de prateleira sem índice setorial mais aderente, o INPC reflete com maior fidelidade a oscilação de custos desses materiais do que índices voltados a setores específicos. Fundamento nos arts. 6º, LVIII, e 25, §7º, da Lei 14.133/2021, que exigem índice que retrate a variação efetiva do custo de produção do objeto contratado.**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial do Município de São Benedito/CE para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10. A Administração terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Entregar o objeto, se for o caso, acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados ou entregues;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de



Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitação da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

9.18. O prazo de entrega dos bens é de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da requisição formalizada por setor competente, na totalidade da requisição. O prazo previsto neste item poderá ser prorrogado, por iguais e sucessivos períodos, quando solicitado pela CONTRATADA, durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela CONTRATANTE e que não prejudique o interesse público. Os itens, que não apresentarem condições satisfatórias, não serão aceitos, devendo ser trocados imediatamente; no caso e falta dos itens, estes deverão ser repostos no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, sujeitando-se o fornecedor às penas contratuais e legais. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a metade do prazo total recomendado pelo fabricante.

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratado poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o [§ 1º do art. 26 da LGPD](#) deverão ser comunicados à autoridade municipal.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:



- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

12.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

12.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.2.4. Multa:

a. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

i. O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

b. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de 15% a 30% do valor do Contrato.

c. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 12.1, de 10% a 20% do valor do Contrato.

d. Para infração descrita na alínea "b" do subitem 12.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato.

e. Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 12.1, a multa será de 1% a 10% do valor do Contrato.

f. Para infração descrita na alínea "a" do subitem 12.1, a multa será de 1% a 5% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.5. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.6. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

12.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.



13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido: Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos; Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; Indenizações e multas.

13.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

CT_DOTACAO

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor](#) e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista nos [arts. 91 e 94 da Lei 14.133, de 2021](#).

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro Comarca de São Benedito, Estado do Ceará para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

ASS_CONTATO.

CT_ASSIN_CONTRATANTE

CT_ASSIN_CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1- _____
2- _____